

CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Rua Riachuelo, 217 – Centro -- 05002-070 São Paulo/SP – Brasil



*Projeto “Memória da Constituinte (1987-1988)”*

Depoimento:

**OLIVEIROS FERREIRA**

Equipe de Pesquisa

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) - coordenador/editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – coordenador adjunto

Andrei Koener (DCP/Unicamp)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

*Nascido em São José do Rio Pardo (SP) em 1929, Oliveiros da Silva Ferreira cursou Ciências Sociais pela então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo, graduando-se em 1950. Em 1953, ingressou na FFCL como auxiliar de ensino do professor Lourival Gomes Machado. Dele foi assistente até 1962. Neste ano, prestou concurso para o Magistério Secundário do Estado, sendo nomeado professor de Sociologia na Escola Normal de Marília. Cursou o período letivo de 1959/1960 na Fondation Nationale des Sciences Politiques, em Paris. Em 1966, fez seu doutoramento sobre Haya de la Torre, com a tese Nossa América, Indoamérica – a Ordem e a Revolução no pensamento de Haya de la Torre. Iniciou sua carreira jornalística n'O Estado de São Paulo como repórter em 1953. Foi copy desk, noticiarista e editor da seção internacional. Tornou-se Secretário de Redação em 1967, ocupando o cargo até 1976. Nessa função, foi retido durante uma tarde pela Polícia Federal por haver publicado notícia proibida sobre estouro de aparelho de um dos grupos que faziam oposição armada ao regime. Aposentou-se do OESP em 2000, na condição de diretor de redação. Em 1981, tornou-se Livre-Docente da FFLCH/USP com uma tese sobre Gramsci: Os 45 cavaleiros húngaros. Aposentou-se na USP em 1983, embora continuasse a ministrar cursos na pós-graduação em Ciência Política. Em 1997, entrou para os quadros da PUC-SP, na qual lecionou nos cursos de graduação e pós-graduação. Publicou Ordem Pública e Liberdades Políticas na África Negra (1961); As Forças Armadas e o desafio da Revolução (1964); O fim do Poder Civil (1966); Nossa América, Indoamérica (1971); A Teoria da “Coisa Nossa” (1986); Os 45 cavaleiros húngaros (1986); Uma Constituição para a mudança (1986); Forças Armadas, para quê? (1988); Vida e morte do Partido Fardado (2000) e Elos partidos (2007). Faleceu em 2017.*

## *O Partido Fardado na política brasileira*

Por volta de 1947, eu devia estar preocupado com alguma coisa que estivesse acontecendo no Brasil, e por isso fui fazer o curso de Ciências Sociais na USP. Na Faculdade de Filosofia (FFLC), tínhamos aulas de sociologia, psicologia e economia. Tudo em francês. Éramos apenas doze alunos: seis rapazes e seis moças. Entre nós, era consensual que no futuro seríamos professores do ensino médio: uma vez formados, prestaríamos concurso para uma cidade do interior -- o que para nós não era o menor problema. De fato, me formei e prestei concurso para Marília (SP). Fiquei lá seis meses e, depois, o professor Lourival Gomes Machado<sup>1</sup> pediu o meu comissionamento junto à Faculdade de Filosofia. Isso foi em 1953. E fiquei na FFLCH até me aposentar, em 1983.

Foi também no ano de 1953 que ingressei no jornal *O Estado de São Paulo*, igualmente pelas mãos do Lourival, que trabalhava lá e me levou. Nessa época, o diretor era Julio de Mesquita Filho.<sup>2</sup> Até então, eu lecionava em Marília; o salário de professor secundário era muito bom, mas, não sei bem por quê, resolvi tentar o jornalismo -- talvez porque fosse uma profissão bem-vista. De início, fui correspondente d'*O Estado* na própria cidade de Marília. Depois, me transferi para a capital e fiquei n'*OESP* até 2000 -- por 47 anos!

### DA SOCIOLOGIA ELEITORAL AO ESTUDO DOS MILITARES

Minha relação com o Lourival começou como a que se faz entre um aluno e seu professor, e a partir daí fomos construindo uma amizade. Lourival foi o primeiro regente da cadeira de Política na FFLC, estabelecendo três linhas de pesquisa: História das Ideias Políticas, Política Brasileira e Teoria Política. Eu comecei dando aulas de História das Ideias Políticas. Depois, quando Paula Beiguelman<sup>3</sup> foi se dedicar ao doutoramento, passei a lecionar Teoria Política. Graças ao Lourival, fui a Paris fazer uma tese de terceiro ciclo em Ciência Política. Foi na França que travei contato com a obra de Antonio Gramsci. Durante o curso, interessei-me pelo continente africano e fiz um pequeno trabalho, que foi

publicado em Belo Horizonte, intitulado *Ordem pública e liberdade política na África Negra*. Deve ter sido pioneiro nesse assunto, aqui no Brasil.

Mas sociologia eleitoral foi meu primeiro foco de trabalho acadêmico.<sup>4</sup> A inspiração veio do trabalho pioneiro de Aziz Simão,<sup>5</sup> preocupado com eleição do Jânio, do Carvalho Pinto e com toda a crise do sistema de 46. Isso, no entanto, não era algo que, digamos assim, estivesse no meu sangue: havíamos chegado a uma crise política em 1962, e a partir daí não cuidei mais de eleições.

Se alguém me sugeriu estudar os militares naquela época? Não. Talvez isso tenha vindo da observação da realidade. Nos anos 50, ocorria certa agitação no país: em 1953, tivemos a criação da Petrobrás; em 1954, houve o suicídio de Vargas e, em 1955, a Novembrada.<sup>6</sup> O curioso é que a Congregação da FFLC fez um documento mostrando que a intervenção de Lott era uma violação da Constituição. Bom, eu via os fatos e tentava raciocinar a respeito deles, e isso me levou à preocupação com os militares. Em 1962, desejoso de transformar o mundo, defini teoricamente o grupo a ser estudado: as Forças Armadas. Acreditava que, unidas a determinados segmentos da sociedade e formando um grupo organizado, elas saberiam construir um destino para o Brasil.

#### PODER MODERADOR OU CORPORACÃO?

Nós, jornalistas e professores, forjamos um modelo que, de certa maneira, embalsamou a compreensão dos fatos: a intervenção militar decorria de que, na política, os militares desempenhavam as funções de uma espécie de Poder Moderador. Essa ideia tinha sido atribuída originalmente a Jackson de Figueiredo,<sup>7</sup> depois retomada por Eugenio Gudín<sup>8</sup> e afinal convertida em tese explicativa pelo *brazilianista* Alfred Stepan no seu livro, de grande repercussão, sobre os militares e a política no Brasil.<sup>9</sup> Mas essa tese provocou a incompreensão de todo o processo – em especial, por ter sido desmentida pelos fatos a partir de 1964, quando as Forças Armadas, sempre representadas pelo Exército, ocuparam o poder até 1979. Insisto em que o regime de exceção terminou em 1979, contrariando a versão, hoje majoritária em todos os setores

políticos e intelectuais, de que o ciclo de poder dos Presidentes militares terminou apenas em 1985. Falarei disso mais adiante.

Talvez a ideia do Poder Moderador fosse uma maneira de desculpar as intervenções: como os militares não queriam o poder para si, então eles podiam intervir na política. Se fizermos uma relação das intervenções, observaremos que em nenhuma delas as FFAA tiveram um caráter moderador -- a não ser, vejam bem, talvez em 1937 e em 1945 -- e olhe lá. Ocorre que ninguém leu com a devida atenção a Constituição do Império, para averiguar quais eram as funções do Poder Moderador. Se fizermos isso, chegaremos à conclusão de que os militares nunca tiveram a função de moderadores. Foi essa visão distorcida que nos levou a desconsiderar o fato de que eles são, antes de mais nada, uma organização. Mais ainda: eles são uma *corporação* -- quer dizer, têm algo de distinto em relação à sociedade. Senão vejamos.

A partir do instante em que o cidadão entra para a Escola Militar e depois na carreira das armas, ele ingressa num grupo social que se organiza com base em princípios constitutivos diferentes dos demais grupos. O “grupo militar” estrutura-se a partir da ideia de hierarquia e disciplina, que a organização militar reputa necessária não apenas à sua coesão interna mas, sobretudo, para que, no combate – e o militar é formado tendo em vista o combate –, as ordens possam ser obedecidas sem hesitação. Isso para que a vida do companheiro, para não dizer a sua própria, não se exponha a perigos desnecessários. À hierarquia e à disciplina deve-se acrescentar-se o sentido da honra, ao passo que, nos grupos civis, o que se procura é a conformidade da conduta à lei. Os militares são uma corporação no sentido em que se toma a palavra quando nos referimos às antigas corporações, ou seja: o membro do grupo militar sente como dirigida contra ele alguma ofensa que tenha sido feita ao grupo, e o grupo toma como dirigida a ele aquilo que reputa como ofensa a um de seus membros. Tive minha atenção despertada para esse aspecto quando li um discurso do Visconde de Pelotas, senador à época do Império. General que vinha da Guerra do Paraguai, Pelotas havia discursado dizendo que, entre a honra do Exército e a lei, ficava com a

honra do Exército. É isso que caracteriza realmente uma corporação: a honra corporativa é mais importante do que a legalidade. É a honra que cimenta a organização, ela é seu princípio constitutivo, elo da ligação patética e emocional do militar com a pátria.

Esse ponto é essencial: a ideia de pátria e a obrigação moral de sacrificar-se em sua defesa fazem o militar sentir-se diferente do civil. E isso desde a sua socialização, que o faz dividir o mundo entre “nós” (militares) e “eles” (civis). Para o militar, o Governo é o responsável pela condução de toda a nação – mas, para ele, o Governo representa as elites civis, e não o povo. Dado que o compromisso do militar é com a pátria, e na medida em que a pátria só pode existir quando se materializa no Estado, seu compromisso mesmo é com o Estado. Em larga medida, essa equação responde pela lógica de intervenção dos militares na política, como veremos.

De todo modo, esses três fatores — o princípio constitutivo, a função e a disciplina — fazem que os militares historicamente situem-se à margem da nossa sociedade dita moderna. Será assim tão difícil compreender por que eles sejam levados a colocar, a serviço dos interesses nacionais compreendidos à luz da visão do mundo que corporação lhes transmite, as armas que a nação lhes deu para defendê-la contra os inimigos externos ou contra aqueles que eles veem como inimigos do Estado?

#### “LIBERAL-MILITARISMO”: AS INTERVENÇÕES NA POLÍTICA

Nós não compreenderemos certos aspectos do processo que caracteriza a história do Brasil se desprezarmos a quase regularidade com que as Forças Armadas intervieram no processo político, de 1821 a 1969. Embora remoto, considero 1821 como sendo o ano em que houve a primeira intervenção das FFAA – que então se chamava Tropa Paga – na condução do processo político, no episódio da capitulação de Pedro I à nomeação de Álvaro Dinis, pretendida pelos militares. Já 1969 foi o momento em que o Estabelecimento Militar criou as

condições institucionais para impedir que o Partido Fardado voltasse a desempenhar funções próprias de comitês políticos, transformando um momento de desassossego nacional em movimento social e impondo mais uma vez sua vontade ao conjunto das Forças Armadas. Naquele ano, a hierarquia e a disciplina voltaram a ser valores de tal modo dominantes que ninguém na organização militar pôde, daí por diante, pretender interpretar em que sentido são as FFAA as defensoras da lei e da ordem.

Fui o primeiro a fazer a relação de quantas vezes os militares intervieram na história brasileira. Para compreendermos adequadamente o processo, precisamos ter presente que nem todas essas intervenções foram consequência de uma análise de situação feita pelos comandos naturais. Muitas delas decorreram de pressões exercidas sobre eles ou sobre os Oficiais-Generais de maior prestígio – aqueles a quem Oliveira Vianna chamou de “totens”.<sup>10</sup> Se a tropa era por ele chamada de “mole militar”, “totens” eram aqueles Comandantes que uniam a posição elevada na hierarquia militar ao prestígio junto aos grupos sociais dominantes, assim como àqueles que, embora socialmente influentes, eram excluídos do poder. Para esses, o Exército era visto como a última instância a recorrer para garantir a Ordem ou para chegar ao poder, ainda que alterando a forma -- insisto na forma -- da organização política. Isso significa que, a partir do momento histórico em que os caminhos se fechavam para os grupos sociais excluídos do poder, eles iam buscar no Exército os seus totens.

O importante a retermos da análise de Oliveira Vianna é a ligação que ele estabelece entre o totem e o mundo político. Isso porque, se não levarmos em conta os laços sociais e mentais -- a psicologia dos grupos sociais dirigentes --, não compreenderemos o processo. Em outras palavras: as intervenções dos militares na política balizam etapas de um processo em que amadureceram as condições para que o Partido Fardado tomasse consciência de que as FFAA poderiam ocupar o poder de Estado para resolver os problemas a que a elite civil tinha sido incapaz de dar solução.

E foi grande o número de intervenções: em 1889 (proclamação da República), em 1893 (revolta da Armada), 1922 (os 18 do Forte), 1924 (revolução em São Paulo e início da Coluna Prestes), 1930 (a Revolução), 1935 (a Intentona), 1937 (o Estado Novo), 1945 (deposição de Vargas), 1954 (suicídio de Getúlio e o memorial dos Coronéis), 1955 (“Novembrada”: a deposição de Carlos Luz e Café Filho), 1956 (Jacareacanga), 1959 (Aragarças), 1961 (tentativa de impedimento de Goulart), 1963 (revolta dos Sargentos), 1964 (deposição de Goulart), 1965 (AI-2) e 1968 (AI-5). Insisto: a ação militar sempre se deu de acordo com aqueles segmentos civis com os quais os totens mantinham contato e com os quais compartilhavam a sua visão do mundo, que era a que também orientava os oficiais menos graduados que integravam o Partido Fardado. Os políticos tinham aprendido que a intervenção era necessária para substituir o jogo regido pela Constituição, uma vez que não havia na sociedade organizações capazes de impor sua visão do processo, defender seus interesses econômicos e sustentar seus privilégios pelas vias normais da política. Daí as repetidas intervenções e a volta aos quartéis logo em seguida – fenômeno que caracterizo como “liberal-militarismo”.

Repito: com as ressalvas feitas para 1965 e 1968, as intervenções foram sempre sustentadas -- quando não solicitadas -- por grupos civis de maior ou menor extensão social. O que não significa que todos eles tenham tido intenções virtuosas. Na sua crítica a esse tipo de ação civil, o Presidente Castello Branco – logo ele, que chegou à Presidência ao final de uma conspiração militar que contou com a instigação e a participação de grupos civis... – condenou com ironia e veemência as “vivandeiras” que viviam assediando os quartéis.

## PARTIDO FARDADO

Em meus estudos e escritos, distingi duas maneiras de a corporação militar marcar a relação que tem com o Governo e afirmar seu compromisso com a Nação e com o Estado. Uma delas se dá pelo acatamento dos valores corporativos relativos à hierarquia e à disciplina da organização. Os militares



agrupados nessa perspectiva integram o que chamo de “Estabelecimento Militar” — aquele quadro de generais e oficiais superiores que exerce autoridade, controle ou influência na corporação e que em geral procura resistir a mudanças. Por outro lado, havia os militares com pretensões de interpretar eles mesmos, autonomamente, o que seriam a lei e a ordem a defender, considerando-se os intérpretes da Constituição no que diz respeito a seu relacionamento com o governo. Nessa condição de defensor da lei e da ordem, esses homens estabeleciam o momento em que iriam entrar em ação para cumprir a determinação constitucional, assim como a maneira pela qual fariam isso. A tal grupo, que se julgava com o direito de interpretar o que significariam a lei e a ordem, denominei de “Partido Fardado”.

Mas notem: a despeito do nome, o Partido Fardado não é uma facção política, no sentido em que se fala de um partido político que se constitua no mundo civil para disputar eleições. Não é nem mesmo um grupo organizado que tenha permanência no tempo. Sua existência se evidencia em momentos de tensão interna na corporação, ou de desencontro dos militares com o governo. Para que se revelasse publicamente, esse grupo necessitava de um centro a exercer uma função aglutinadora -- mesmo que esse centro se resumisse a uma pessoa, um indivíduo que, como diria Gramsci, seria um “comitê de propaganda”. Ainda mais: para que esse centro aglutinador se afirmasse, o país deveria estar passando por uma situação de desassossego social que acarretasse transformações profundas no quadro de valores corporativos, que se manifestam no acatamento ou no desprezo às ordens transmitidas pelos canais habituais. O Partido Fardado passava a existir enquanto exercia a função de partido, criando as condições para que a “mole militar” se pusesse em ação, de modo a realizar mudanças na orientação política que reputava imprescindíveis.

É preciso considerar também que, por serem parte de uma organização nacional e permanente, os integrantes do Partido Fardado transformaram em “sua missão” a função militar que tinham no Estado. Se as chefias militares

naturais conheceram o país no avanço de sua carreira e sabiam de suas misérias, a necessidade de manter o seu espaço na hierarquia fez dessas chefias as defensoras das ordenações emanadas do Governo -- o que lhes exigia manifestar, mesmo que a contragosto, que estavam de acordo com os interesses das altas esferas políticas e de acordo com a ordem social vigente. Os jovens oficiais, pelo contrário, davam um sentido desbravador à sua função -- que, para muitos deles, seria uma missão civilizadora -- e viam o Brasil com outros olhos. É essa diferença vital entre as chefias e os jovens oficiais que permite compreender o Partido Fardado. Compenetrados dessa nova visão de seu papel na sociedade, eles se ergueram constantemente contra os governos que consideravam impedir, pelo atendimento aos interesses privados, que o Estado interviesse para resolver situações que afrontavam o bom senso e, sobretudo, as que negavam a ideia de sociedade que vinha da visão de ordem hierarquizada característica de sua organização.

Em termos esquemáticos, eu apontaria as seguintes características da ação desse grupo: a condenação do mundo político e a defesa da honra militar; a insubordinação da tropa contra o governo, mesmo que rompendo a hierarquia; a necessidade de um totem; e a busca de apoios na esfera civil. Ainda que contassem com o sentido de “missão” que apontei antes, os membros do Partido Fardado formaram-se numa escola em que hierarquia e disciplina eram valores aglutinantes da corporação. É por isso que, exceto na incursão do Major Haroldo Veloso<sup>11</sup> em Jacareacanga, o Partido Fardado sempre necessitou de uma chefia de posto mais elevado: em 1924, a de um general; em 1937 e 1945, foram as chefias superiores que decidiram; no 31 de março de 1964, esperaram a chefia de um general, na figura de Olympio Mourão Filho,<sup>12</sup> em Minas Gerais -- e, na continuidade desse evento, todos eles viriam a obedecer ao Ministro da Guerra, o General-de-Exército Costa e Silva.

O Partido Fardado tem consciência de que é a hierarquia, e não a justeza da causa, que determina a adesão dos indecisos na corporação militar. Mas é aí que reside sua debilidade política, porque isso o impede de ser o sujeito do processo.

No final das contas, o Partido Fardado faz que o processo político siga seu curso -- mas não o dirige nem o lidera. Daí por que as intervenções militares na política brasileira não tenham produzido frutos mais homogêneos e radicais.

Notem também que o Partido Fardado não era uma ideologia. Era um estado de espírito: “Eu sou contra, ele também é, mais aquele outro...” Envolve uma questão da solidariedade: estamos aqui tomando o nosso café e concordamos com que esse Jango está criando um problema. Isso nada tem a ver com a defesa de ideologias à direita, tal como se têm definido amiúde; trata-se antes de um estado de espírito de reação a políticas vistas como tendentes a romper a ordem.

O General José Alberto Bittencourt<sup>13</sup> foi o primeiro a me falar do Partido Fardado. Mas talvez não percebesse, por ser dele um ativo membro, a diferença entre esse vetor e o grupo conformado pelos ensinamentos da ESG -- conhecida nos meios jornalísticos como “Sorbonne” -- que forneceu boa parte dos integrantes do Estabelecimento Militar.

Dou um exemplo claro: o discurso do Marcito,<sup>14</sup> feito no horário do pinga-fogo do Congresso Nacional. Nenhum jornal o cobriu ou noticiou. Um dia, o secretário da redação d’*O Estado de São Paulo* (*OESP*) recebeu a notícia de que o Exército do país todo tinha ficado furioso com o discurso do Marcito. E onde estava o discurso do Marcito? Nós tivemos que procurar! Quer dizer, alguém ouviu o discurso e quis infundir esse ânimo exaltado ao restante da corporação: “Vamos ao nosso Comandante”. Os Comandantes foram aos três Ministros militares e os três Ministros procuraram o Presidente da República, que fez chegar aos jornais o sentimento militar de honra agravada e os reclamos dos três Ministros para que Marcito fosse punido com a perda do mandato: “Presidente, desse jeito não dá para ficar. Assim, não dá!” Houve uma longa negociação entre as lideranças do Congresso Nacional e dessas com alguns Ministros do Supremo Tribunal: vivíamos sob um regime constitucional, era necessário que o Congresso concedesse licença para processar Marcito. No dia 13 de dezembro de 1968, encerradas as negociações com o Congresso e aceita a fórmula de que o Deputado seria suspenso em seus direitos para ser processado e julgado, Costa

e Silva estava em Belo Horizonte. Ao meio-dia, tranquilo, recebeu a notícia de que, na Câmara dos Deputados, o acordo não havia sido cumprido e de que, em todo o país, havia agitação nas guarnições militares. Uma agitação contra os Comandos, o Governo e o Congresso. Costa voou para o Rio e convocou uma reunião extraordinária do Ministério. Dessa reunião saiu o Ato nº. 5. À época, circulou um rumor de que o General Orlando Geisel, chefe do Estado Maior do Exército, dissera a Costa e Silva: “Presidente, Castello nos enganou – desta vez, não haverá prazo nem *habeas corpus*. O ato foi promulgado à noite de 13 de dezembro, dando início ao que eu chamaria, mais tarde, de “longa noite hobbesiana”...

Sim, o AI-5 foi evidentemente um produto da ação direta do Partido Fardado, que à época se costumava chamar de “linha-dura”. E nós não vamos efetivamente conhecer a história sem lançar alguma luz sobre essa “entidade”. A “linha dura” não é fruto dos acontecimentos que tiveram início em 1967, com o atentado no Aeroporto do Recife.<sup>15</sup> Ela foi a propulsora do movimento de março de 64 -- se é que suas raízes não podem ser encontradas no golpe de 1955 e na revoada de Jacareacanga, em 1956. Quem a integrava? Basicamente, destacavam-se nomes de expressão da Reserva do Exército e da Marinha, entre os quais o da Almirante Silvio Heck<sup>16</sup> e a jovem oficialidade da Força de Terra e da Aeronáutica.

Esse foi sempre o drama do Partido Fardado: os que nele formavam rompiam a hierarquia e a disciplina e forçavam os generais a agir, sabendo, no entanto, que, sem o totem, a “mole militar” não se moveria. Mas, para que o totem decidisse romper o respeito à Constituição, era preciso que ele considerasse que estavam em risco tanto o Estado bem ordenado quanto os valores que o Exército cultua. Só então o totem se movia, levando consigo os generais e todo o Partido Fardado.

## ESTADO E FORÇAS ARMADAS: A QUESTÃO DO PODER SOBERANO

Em teoria, o Estado é uma organização nacional permanente. É nacional na medida em que recobre um território por ele mesmo definido a título soberano. Uma leitura ainda que apressada da Constituição de 1824 permitirá ver que o Estado que se instalou na antiga colônia portuguesa na América teve necessidade, para afirmar-se, de apresentar-se como um governo tendo sob suas ordens Forças Armadas – no caso, a Marinha e um Exército incipiente. É dessa perspectiva que concordo com o General Aurélio Lyra Tavares,<sup>17</sup> que dizia que o Exército Nacional era e tinha sido a coluna vertebral em torno da qual se estruturara o Brasil. No DNA do Exército, ficou a preocupação constante com a integridade territorial do país: deveria ser um Exército que ocupasse o território e o vivificasse. E, pelo fato de as Forças Armadas serem uma organização nacional permanente a igual título que o Estado, imbricadas no Estado, aqueles cidadãos que as integram por vocação necessariamente irão pensar o mundo de modo diferente dos demais cidadãos -- os que exploram o território, que pertencem a organizações sociais que não são permanentes e que nem sempre são nacionais.

Peço licença para lembrar algumas datas: 1821, 1889, 1893, 1922, 1924, 1930, 1935, 1937, 1945, 1954, 1955 duas vezes, 1956, 1959, 1961, 1962, 1964, 1965, 1968, 1969. Estas datas indicam os momentos em que a corporação militar opôs-se ao governo ao qual era subordinada, sublevando-se contra a Constituição escrita -- mesmo no caso de documento constitucional que ela própria, por seus chefes, tinha imposto (1937). De um lado, havia a corporação, que se apresentava como asseguradora dos princípios do Direito, ainda que violando a Constituição por considerá-la inadequada para resolver os graves problemas econômicos e sociais da época. Por outro, temos o Estado, que depende das Forças Armadas para fazer cumprir o disposto na ordem jurídica. A comunidade por essa ordem criada é o que se chama Estado. E é essa comunidade quem legitima a ação das Forças Armadas como corporação. Notem: elas somente são vistas como órgão do Estado e só podem arrogar-se a

pretensão de ser garantidoras da Ordem e da Lei porque a ordem jurídica as criou não como corporação mas como o braço armado, obediente ao governo, enquanto esse representa o Estado. Na Nação, elas são o que são, isto é, o braço armado do Estado, por decorrência da ordem jurídica, e não de sua maneira de organizar suas atividades e criar seu projeto; do contrário, seriam apenas um grupo de pessoas armadas, a impor ilegitimamente sua vontade aos cidadãos.

Posso sumarizar o problema com a seguinte fórmula: o Estado se rege pela lei e sua razão de ser é, além de política, legal; o estímulo que move as Forças Armadas é corporativo. Dessa perspectiva, fazer do Estado uma razão de ser corporativa é impossível: o Estado não pode se submeter à razão corporativa pelo simples e bom motivo de que existe no país uma sociedade de classes, cujo princípio constitutivo é oposto ao da corporação militar. Pelo menos em 1889 e em 1969, as Forças Armadas tentaram ocupar o poder e governar o país como se a sociedade se regesse pelos cânones estamentais. Malograram, e tiveram que retirar-se de cena. Essa retirada evidencia, ao menos, que a sociedade repeliu o princípio constitutivo da organização militar.

Rejeitada por intrinsecamente impossível a hipótese de converter o Estado e a sociedade à razão corporativa, sobra a outra: submeter a corporação à razão legal. E, desde 1821, com maiores ou menores atributos, a razão legal procurou impor-se à razão corporativa. Sem êxito. E é preciso ter presente que não se apagam 164 anos -- isto mesmo, de 1821 a 1985 -- de existência corporativa com meros textos legais.

Insisto: é inútil tentar fugir à relação de forças. O Estado e as Forças Armadas são dois entes distintos. No lapso de 41 anos, elas depuseram o Imperador, autoridade legítima a que deviam obediência, e o Presidente da República. Este, pela Constituição de 1891, não era o Comandante supremo: pela leitura que faço do artigo 48 da primeira Constituição republicana, o chefe do Estado só exerceria o “comando supremo das forças de terra e mar dos Estados Unidos do Brasil” quando elas fossem chamadas às armas em defesa interna ou externa da

União. Talvez por isso, nas Constituições subsequentes, o Presidente da República seja sempre designado como “Comandante supremo” [das Forças Armadas]. De qualquer modo, permanece o fato de que, em 41 anos, foram depostos dois chefes de Estado e feitas duas revoluções no sentido de transformar a forma de Estado. E, apesar da mudança na forma do Estado, as Forças Armadas permaneceram conforme foram criadas. Em outras palavras, para alguns setores da sociedade, as FFAA se consolidaram agindo como se fossem um poder soberano à parte do Estado, embora garantindo o Estado que, assim, parecia perder sua característica fundamental.

Com essa referência aos textos constitucionais, o que pretendo marcar é que os constituintes nunca levaram em consideração que o *ethos* da corporação militar é diferente daquele dos grupos sociais de que são originários. Sendo diferente, não é de estranhar que a corporação interprete diferentemente o que seja “garantir a lei e a ordem”. Se não toda ela, pelo menos aqueles de seus membros que, de uma forma ou outra, não estão comprometidos com o jogo político dos partidos. Enquanto que, para o mundo civil, “garantir a lei e a ordem” significa sempre empregar as Forças Armadas para restaurar a ordem pública e garantir a vigência da lei, o *ethos* militar faz que a corporação tenha concepção diversa do que seja Ordem. Seria possível dizer que a corporação militar vê como sua função defender a Ordem – que, para essa corporação, confunde-se com a permanência do Estado, ou seja, de suas instituições -- das quais é defensor por natureza.

Decorre daí que, a partir do momento em que, na corporação militar, parece claro que a política do governo de turno pode vir a alterar o Estado, alterando o desempenho das instituições, a propensão dos militares foi sempre de se colocar contra esse governo, para que as coisas novamente se disponham com ordem. Essa, aliás, é a ideia que muitos daqueles que formaram com o General Mourão em 1964 tinham das coisas: “Se nossa função é defender a lei e ordem, veja-se que o Governo Jango está fora da lei...”

## “DOCTRINA GÓES”: A MISSÃO POLÍTICA DO EXÉRCITO

O Partido Fardado teve seu intelectual, que foi o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro.<sup>18</sup> Góes foi o primeiro e o único general a dar ao Exército uma missão política -- missão essa que redundou numa concepção do Estado. Ele construiu uma doutrina para o Partido Fardado que pretendeu que servisse como Doutrina Política do Exército. O que era essa doutrina? Era a concepção da presença das FFAA na sociedade e da relação que deveriam estabelecer com os diferentes grupos sociais no processo social, econômico e político de desenvolvimento e de afirmação do Estado brasileiro como potência no cenário regional e internacional. No fundo, penso eu, tratava-se de incorporar o espírito dos tenentes e tirá-los da cena política.

Há duas características da vida profissional de Góes Monteiro que merecem comentário. A primeira, a frase com que resumiu seu entendimento da situação política de São Paulo em 1931, quando ele exercia o Comando da então 2ª Região Militar, que correspondia ao que hoje é o Comando Militar do Sudeste: “Há a Camorra de cima e a Camorra de baixo”. A segunda, o fato de ter feito o curso de Estado-Maior durante a estada da Missão Francesa no país.<sup>19</sup> Creio que foi nesse curso que Góes Monteiro foi buscar a ideia de que o Exército deveria ocupar o território. Porque os generais franceses, distinguidos que foram na Grande Guerra, eram fruto de um Exército de ocupação -- na Indochina, em Marrocos e na Argélia. Representavam o Exército de Liautey,<sup>20</sup> que tinha a missão de ocupar o território mas também a finalidade de cumprir, junto às populações colonizadas, a missão civilizadora em nome da qual a França construiu seu Império. Penso que foi daí que Góes tirou a ideia de que o Brasil só despertaria do sono antes do meio-dia -- palavras dele -- se tivesse a guiá-lo uma organização política que educasse os brasileiros. Nesse processo educativo, era preciso colocar os interesses do Exército -- portanto, do país -- acima dos interesses das oligarquias civis -- que Góes equiparava à Camorra...

Em outras palavras: Góes Monteiro considerava como missão do Exército construir e civilizar o país. Basta lembrar uma frase do seu livro de 1931: os



governos devem realizar a “política do Exército”, mas não deve haver “política no Exército”.<sup>21</sup> A *política do Exército* seria aquela feita tendo sempre em vista a mobilização, mesmo reconhecendo a impossibilidade imediata de uma guerra: tudo o que permitisse a integração na civilização das populações miseráveis que conheceu em suas andanças pelo Brasil e que ele julgava que a Revolução de 1930 e, depois, o Estado Novo, poderiam realizar. O que é interessante a assinalar no estudo de Góes é a missão que ele atribuiu ao Exército, que não tem mais guerras pela frente mas que deve cuidar de tudo aquilo que diz respeito à mobilização. Não hesito em dizer: não houve teórico da geopolítica, ou defensor do regime instalado em 1964, que chegasse ao extremo a que Góes chegou. E onde chegou? Simplesmente num ponto sem retorno: ao Exército, como missão, interessa tudo aquilo que diz respeito à sua mobilização -- educação, saúde, transportes, indústria etc. Ou seja, era missão do Exército cuidar de que esses temas fossem resolvidos tendo em vista a mobilização: o momento em que os cidadãos seriam chamados a combater. Não se poderia ter uma mobilização eficiente se o cidadão não fosse educado, e educado no culto da pátria; se não tivesse saúde e se a indústria e os transportes não fossem capazes de atender às necessidades do Exército. Seguramente, a missão que ele atribuía ao Exército, em 1931, era a do “Novo Príncipe”: a de um partido capaz de aglutinar, mediante disciplina, todo o país.

Ao dar corpo às ideias do Partido Fardado, Góes Monteiro tinha conseguido restabelecer o poder da hierarquia. E, fiel ao castilhismo-borgismo,<sup>22</sup> havia conseguido afastar a influência dos partidos políticos da classe militar. Depois do 29 de Outubro de 1945, quando Vargas é apeado do poder, a realidade se tornou outra: o Partido Fardado tinha perdido seu intelectual, e os totens foram obrigados a tomar posição, dentro do Estabelecimento Militar, diante dos problemas do desenvolvimento econômico, da inflação e do quadro internacional. Por isso, a política pôde bater sem cerimônia às portas dos quartéis, por meio das disputas a respeito de como realizar o desenvolvimento

nacional e de como o Brasil deveria se conduzir num mundo partido em dois. A partir de 1945, a ideologia penetrou os quartéis.

#### “CIVILISMO OLIGÁRQUICO” E OS PARTIDOS MILITARES

Aqueles que condenam a intervenção militar na vida política não atentaram para a realidade política que se viveu no país de 1945 a 1960. O que se observa nesse período é que, sempre que tiveram que disputar eleições presidenciais, os partidos políticos apelaram às Forças Armadas, escolhendo um chefe militar para representar seus interesses. Seria demais deduzir, desses fatos, que desde 1945 se formou, em setores das Forças Armadas, a ideia de que cabia a elas intervir para resolver problemas que os partidos não conseguiam resolver?

Cabe ver as circunstâncias em que se deu, em primeiro lugar, a falência dos partidos políticos. Sem prestarmos atenção a essa crise, não compreenderemos o que sucedeu nos anos 1960, nem como a “Solução Castello Branco” conseguiu impor-se.

Extintos os partidos políticos em 1937 e a política concentrada nas mãos de Vargas, não teria sido possível a organização com apoio popular, nem de oposições nem de partidos prontos a manter o ditador. Os partidos que formaram na oposição a Vargas não tinham quadros com prestígio nacional e popular. A rigor, é possível dizer que a UDN tivesse, em momentos determinados, alguma influência nacional graças a ação de algumas poucas lideranças. E, para essa agremiação, a ameaça era Vargas. Embora fosse um partido sem apelo popular, a propaganda udenista sobre o perigo que Vargas representava para a democracia penetrou fundo na Aeronáutica, Força em que a pregação “salvacionista” de Carlos Lacerda fundia-se com o prestígio de Eduardo Gomes. Sem quadros de ressonância nacional, a UDN e o PSD não tiveram outra escolha que buscar, em 1945, Eduardo Gomes e Gaspar Dutra como seus candidatos. E, ainda em 1950, na falta de um nome com apelo popular, ou por causa das dissidências internas, não restou alternativa à UDN senão recorrer, uma vez mais, ao Brigadeiro Eduardo Gomes.

Foram as intervenções militares de 1945, 1954 e 1955, seguidas da entrega do poder aos civis, que permitiram que intelectuais acadêmicos buscassem no Império o modelo explicativo da ruptura da ordem constitucional. As Forças Armadas passaram, então, a ser vistas como o Poder Moderador da República — sem que se atentasse para o fato de que elas pouco tinham a ver com a natureza e as funções do Moderador no Império. Agiam inspiradas pelo que chamei de “Civilismo Oligárquico”, padrão de comportamento que persistirá até 9 de abril de 1964, quando se edita o primeiro Ato Institucional e o Comando Revolucionário militar se investe de poderes constituintes. Mas notem que as duas principais correntes políticas da época não respeitarão as normas não-escritas do civilismo oligárquico: Lacerda queria uma “ditadura romana” e Brizola almejava as grandes reformas “na lei ou na marra”.

Desde 1945, os grandes partidos políticos não dispunham de quadros capazes de sustentar seus programas em uma disputa eleitoral relativamente livre. Mais que isso: na disputa pelo poder e sem tais quadros, recorriam ao Exército ou à Aeronáutica, pretendendo afirmar sua vontade e defender seus interesses. Em linguagem um pouco mais dura, eu diria que eles, partidos, desejavam ser os ventríloquos no teatro da grande política. Esse é o cenário em que a divisão dos chefes militares se torna evidente e no qual surge, assumindo às vezes o papel principal na tragédia, o Partido Fardado.

#### *DELENDA EST JANGO*

De 1954 a 1964, houve profunda transformação no *ethos* militar, com as Forças Armadas decidindo assumir diretamente o poder. O fator capital nessa mudança foi a pessoa política de João Goulart. Julgado pelos coronéis em 1953 e pelos ministros militares em 1961, Jango foi condenado pelos generais em 1964.

Para alguns setores civis com relativa influência política, Getúlio era “o fronteiro”, aquele que, por ser oriundo da política praticada pelo castilhismo-borgista na fronteira-Sul, não conhecia a nação. Mas, para o Exército, era João Goulart — o político, não o estancieiro do Sul -- quem detinha o poder de fazer alianças no campo sindical que afrontassem a ordenação do Estado. Nesse

ponto, talvez seja útil uma interpretação. A Constituição de 1946 dizia que cabia às Forças Armadas defender a lei e a ordem. Logo, houve quem levasse essa proposição ao seguinte extremo: as Forças Armadas podem rebelar-se contra o governo se considerarem que o Presidente da República, por atos políticos, está violando a lei e comprometendo a ordem do país. Foram os coronéis que primeiro construíram a *persona Jango*, no Memorial que escreveram em 1954: no vínculo de Goulart com os sindicatos operários agressivos e o Partido Comunista, eles enxergaram um perigo para o Estado. Em 1961, os Ministros Heck e Denys<sup>23</sup> opõem-se a que Jango, Vice-Presidente, substituísse Jânio Quadros, que renunciara à Presidência. Vencidos no seu intento, deixam o governo e, na Reserva, iniciam a conspiração para derrubá-lo, isolados ou cercados de poucos oficiais. O General Mourão terá sempre presente a *persona Jango* e, como guia de suas próprias ações, a quase certeza de que Jango, uma vez na Presidência, daria o golpe para fazer do Brasil uma República sindicalista. Essa certeza o leva a sublevar a tropa sob seu comando em Juiz de Fora, para deter o golpe Jango-comunista que ele vê pôr-se em marcha.

Qual a razão da mobilização? O perigo Jango, a *persona* política de Jango criava o problema todo, estava na raiz da tensão. Ele não era comunista, e sim um sujeito fraco, que vivia cercado de comunas. Não houve decisão de ruptura: o problema era Goulart, porque ele ameaçava os valores gerais do Exército e do Estado, na medida em que se aliava aos comunistas. Jango ofendia o Partido da Ordem.

#### ILHAS DE CONSPIRAÇÃO

Recomendo a leitura do livro de José Stacchini, *A revolução da audácia*.<sup>24</sup> Ele trabalhava n' *O Estado*, na função de repórter. Um dia, eu o chamei e disse-lhe que o movimento de 64 já completara um ano e que ele deveria apurar como aquilo se dera. Stacchini se pôs a campo e ouviu todos os generais que foram mencionados ao longo do processo, publicando periodicamente suas reportagens n' *O Estado*. E chegou à conclusão que o movimento na verdade deveria ser

visto como um arquipélago: havia diversas conspirações, cada qual com suas lideranças, como se dispostas em diversas ilhas. Não houve planejamento da decisão de ruptura com o regime de 46. Foi, como diria o nosso velho amigo Clausewitz,<sup>25</sup> uma interveniência do acaso, a partir de um conjunto de ilhas de conspiração, em que cada um queria desencadear o golpe à sua maneira, não sabendo como articular-se com os demais. Pergunto: havia um projeto de poder? Não: mesmo os castelistas tinham como projeto político apenas a recuperação do Estado e suas instituições.

#### CASTELLO E O FIM DOS TOTENS

A política militar do Presidente Castello Branco foi montada sobre dois pilares: a reforma no sistema de promoções e a concepção de defesa nacional. A reforma pretendeu atender a uma reivindicação de tenentes-coronéis e coronéis: abrir a possibilidade de chegar mais cedo a General-de-Brigada (ou ao correspondente nas outras Forças). Castello impôs um limite de permanência: apenas dois anos em cada posto de General -- Brigada, Divisão e Exército. Pôs também um limite de idade para cada posto e suprimiu a dupla promoção na passagem para a Reserva. Ou seja: por um lado, a combinação dos critérios de idade e tempo de permanência no posto iria permitir uma maior mobilidade ascendente nos quadros gerais do oficialato, buscando terminar com os longos invernos a que os oficiais eram submetidos ao chegar a determinados postos. Por outro lado, a medida eliminava a possibilidade de as Forças Armadas produzirem totens. Não que tornasse impossível que um general tivesse ideias semelhantes às do Partido Fardado. Mas deixaria de haver tempo hábil para que mobilizasse a sua liderança. A partir de então, não haveria mais totens: apenas líderes e chefes hierárquicos. Mas com isso se quebrou, ainda que não intencionalmente, a espinha dorsal da nação, abrindo-se caminho para que os generais comandassem apenas o total isolamento das Forças Armadas na estrutura do Estado. Sim: Castello poderia, ele próprio, ter-se imposto mais como um totem. Mas não quis, porque o que ele queria era despolitizar o Exército.

## ELOS PARTIDOS

A aliança entre civis e militares é uma das marcas registradas da história política do Brasil. Não se deve perder de vista que essa imperfeita união civil/militar -- imperfeita no sentido de que não era formalmente organizada -- começou a esgarçar-se em 1965, com a edição do Ato Institucional nº 2, e se romperia definitivamente em 1968, quando se editou o Ato Institucional nº 5, episódio em que o Governo Costa e Silva perdeu o apoio das camadas cultas da sociedade -- o escol, como se diz.

As circunstâncias da época haviam permitido o AI-2, que extinguiu os partidos políticos e permitiu, outra vez, a cassação de mandatos. Mas manteve o *habeas corpus*. A “linha-dura” jamais se perdoou por aquilo que considerava seu erro: ter delegado poderes revolucionários a Castello. Havia o descontentamento do Partido Fardado com o fato de a validade do primeiro Ato Institucional ter expirado: o Partido não tinha mais poder e, além do mais, havia o problema das Comissões de Investigação. Lembro-me de que, à época, ouvia-se dizer que Castello era um grande traidor. Escutei de um Ministro, a propósito da candidatura de Costa e Silva: “Castello não quer um militar no poder, porque vão confundir seu Exército com um Exército latino-americano qualquer. Ele quer que um civil o suceda na Presidência da República, mas não há mais condições políticas: a tropa está rebelada e estão todos inquietos”. Ou seja, o Ato-2 não veio por causa da eleição; isso foi um pretexto menor. Tanto que os governadores eleitos em Minas Gerais e na Guanabara, onde fora prevista a vitória da oposição, tomaram posse e exerceram os seus mandatos. O que o Partido Fardado queria era garantir a eleição do Costa e Silva e se vingar de Castello por causa das Comissões de Investigação que o Ato 1 havia criado. Compostas por militares jovens, as Comissões de Investigação procederam a um levantamento de quantos crimes contra a administração pública haviam sido cometidos por personalidades que aderiram à Revolução, esperando travar, assim, qualquer processo crime contra si. A forma encontrada pelas Comissões para resolver esse problema foi fazer de cada processo um Inquérito Policial

Militar (IPM), com sua legislação específica, ampla o suficiente para permitir denúncias. Essas Comissões eram subordinadas a uma Comissão Geral de Investigações que se vinculava diretamente à Presidência da República. Se, nos Estados, as Comissões de Investigação anunciavam que haveria indiciamento e a quase certa denúncia de personalidades políticas que haviam aderido com estardalhaço ao processo revolucionário, temia-se que a ação da Comissão Geral à qual estavam subordinadas as comissões estaduais trancassem os processos e que esses cidadãos de “bom comportamento” ficassem impunes. O Ato 2 deu poderes reais à Comissão Geral de Investigações, subordinando-a mais uma vez, de fato e de direito, à Presidência e, assim, aliviou eventuais pressões das Comissões estaduais para que o resultado de seus IPMs fosse mantidos.

Apesar de tudo, o Partido Fardado reconhecia em Castello o chefe, e houve quem, nas suas fileiras, tivesse proposto a ele que sustentariam um novo mandato seu contra Costa e Silva se ele dispensasse Golbery. Foram repelidos. Mas Castello não conseguiu impor um civil como candidato, conforme era sua intenção. Tanto que teve que entregar o poder para Costa e Silva.

O mundo civil também estava contra Costa e Silva. Antes de ir à Europa, ele faz um discurso violentíssimo contra os corruptos, insinuando que Auro de Moura Andrade era um deles. Auro faz em seguida um discurso em que diz que “japona não é toga”. E assim se quebrou a aliança entre o mundo civil e o mundo militar. Provavelmente, ali terminou o regime de 46, na medida em que o AI-2 acabou com os partidos políticos, extinguindo as treze agremiações tradicionais – se entre elas contarmos o PCB. Ali começa um outro regime de partidos políticos, um regime que não durou apenas 21 anos mas perdura até hoje, com uma série de improvisações.

#### “TCHEKISMO” E A LONGA NOITE HOBBIANA

Quando o Partido Fardado se deu conta que, com o AI-2, a hierarquia e a política, que sempre odiou, tinham voltado à cena, transformando em nada os ganhos de 1964 e 1965, aproveitou o episódio provocado por Marcio Moreira

Alves para forçar a edição do AI-5. Era o “tchekismo”,<sup>26</sup> a salvação da Revolução através da repressão.

Para mim, a “grande noite hobbesiana” desponta aí, em 1968. Antes disso, tinham sido baixados vários Atos Institucionais, mas havia a Constituição de 1967, que preservava o *habeas corpus*. Havia liberdade de imprensa e não existia um clima de medo. A partir de 68 é que realmente tudo se fechou: o AI-5 foi uma coisa impressionante. Quem tivesse qualquer envolvimento em manifestações de organizações de esquerda tinha medo de sair de casa à noite e encontrar pelas ruas, em patrulha, uma camionete C-14, daquelas que os aparelhos de repressão usavam.

O AI-5 foi uma forma truculenta de resolver os problemas causados pela subversão armada, que ameaçava as instituições. E como seria possível resolver isso? No mundo civil, não despontava uma solução. Orlando Geisel, chefe do Estado-Maior, disse ao Vice-Presidente: “Dr. Pedro Aleixo, Castello nos traiu. Mas desta vez não haverá prazo, nem *habeas-corpus*”.

Se compararmos 1937 com 1968, verificaremos que os “aparelhos” realizaram a defesa da ordem pública e do Estado nas duas ocasiões. Não devemos nos esquecer de que, em 1937, ainda se respirava o clima de 1935. Depois da Intentona, a repressão ficou a cargo da Polícia Civil. Era assunto de governo, e não de Estado. Em 1968, a que se assistiu? Nos primeiros assaltos a banco, a Polícia Civil entrou em ação; à medida que os atos criminosos se sucederam, sem que as operações policiais tivessem êxito em desbaratar os aparelhos subversivos, entraram em cena, além da Polícia Civil, a Polícia Federal, a PM e os serviços de informação das Forças Armadas. Depois, criou-se em São Paulo a Operação Bandeirantes, para coordenar investigações e operações. A Oban não dispunha de verbas próprias, porque ela não existia no ordenamento de despesas da União ou dos estados -- o que levou a que setores civis tivessem de assumir a manutenção do novo serviço. Finalmente, com a diversificação das ações subversivas, a repressão foi centralizada no Ministério do Exército, que criou



órgãos especiais para isso. Com essa centralização, foi o Exército, e não mais a Polícia Civil, que passou a ser responsável pelo combate à subversão e a ser alvo, quando possível, da condenação por parte de setores civis contrários ao governo, especialmente o de Médici.

Desde o início, o combate à subversão ocorreu sem uma doutrina -- exceto aquela que embasava o que ficou conhecido, desde a guerra na Argélia, como “guerra revolucionária”. Mas se esqueceram de que essa guerra é sobretudo uma guerra para a conquista de corações e mentes...

#### “PRINCÍPIO DO CHEFE”, OCASO DO PARTIDO FARDADO

Não, Geisel não fez a distensão para conter a anarquia militar que se manifestava pela ação de aparelhos que, em muitos casos, eram compostos de militares e civis não obedientes a um controle centralizado. A anarquia foi vencida pela Junta Militar em 1969, ao baixar o Ato Institucional nº 17. Esse fato tem de ser levado em conta quando se examinam os efeitos do decreto-lei da Junta Militar que instituiu a compulsória -- norma vigente até hoje --, concedendo aos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o poder de colocar na Reserva, sem observância de critérios objetivos, oficiais que poderiam lhes causar problemas, se fossem promovidos. Esse golpe nos jovens, e até mesmo nos coronéis, soma-se à lei de promoções de Castello Branco, de que já falei, com isso eliminando-se a possibilidade de surgir uma chefia política tal como foi comum na “República Risonha e Franca” de 1946.

Mas houve também o fator pessoal, de grande importância. Na Aeronáutica, três pessoas estavam na cabeça da lista de promoção a Tenente-Brigadeiro: o primeiro era o Brigadeiro Burnier,<sup>27</sup> e Burnier era inimigo do Márcio Mello,<sup>28</sup> membro da Junta Militar -- se inimigo profissional ou pessoal, não sei; o fato é que os dois se detestavam. Em consequência dessa animosidade, foi baixado o decreto-lei pelo qual os ministros militares poderiam colocar na Reserva, a seu talante, uma dada porcentagem de oficiais -- regra que foi apelidada de “expulsória” e vigora até hoje. Ninguém mais se atreveu a pensar diferente, ou a

levantar quaisquer objeções mesmo que à pequena política do ministro de qualquer Força. É por isso que o velho Exército hoje não existe mais: se alguém pensar demais, vai para a Reserva... O que significa que o Partido Fardado era alguma coisa de pensar: na hora em que acabou o pensamento, acabou o Partido. Acabou o pensamento e a sua consideração de como deve ser o Exército dentro do Estado.

### *O ESTADO E A REVOLUÇÃO*

É fato: em 1962, Dr. Júlio entregou a seus amigos comandantes militares um documento chamado “Roteiro da Revolução”. Ele tinha consciência de que não existia nas oposições um projeto de poder e de que não se sabia o que deveria ser feito, depois de superado o problema Jango. Era um documento revolucionário, e Dr. Júlio o entregou àqueles militares que conhecia dos velhos tempos: Eduardo, Juarez, alguns almirantes amigos deles; Castello, ele não conhecia. Mas não, ele não chamou as Forças Armadas para um golpe. Não que eu saiba. E o documento foi publicado.<sup>29</sup>

Que mudou n’*O Estado* logo após o golpe? Nada. Rompemos com Castello logo em seguida: “Este coronel do cangaço”, como está em um primeiro editorial. Foi ditado por Dr. Júlio a Miguel Urbano Rodrigues, exilado português, que tinha sido membro do Partido Comunista. Era o comunista do Dr. Júlio. Um mundo curioso, aquela família.

### *A CENSURA A O ESTADO*

Certa noite, eu estava saindo da aula na FFLCH e fui tomar um café no barraco dos estudantes. Lá, havia um quadro negro grande, cheio de recortes de títulos retirados d’*O Estado*, que estava sob censura na tipografia -- isto é, o jornal só rodava depois que o censor o lesse na prova. Olhei aquilo e disse para mim mesmo: “Que jornal subversivo eu estou fazendo...” E, de fato, um promotor militar nos enquadraria na Lei de Segurança Nacional por “propaganda psicológica adversa”.

A primeira apreensão do jornal aconteceu em 1968. Para a redação, a crise provocada pelo discurso proferido por Marcito e tido como ofensivo ao Exército foi longa e grave o bastante para que ninguém estranhasse que a Polícia Federal (PF) quisesse saber como seria a próxima edição. O General R/1 Sílvio Correa de Andrade, chefe da PF em São Paulo, me telefonou por volta de meia-noite de 12 de dezembro de 1968 para conhecer a manchete de 1ª página: a notícia era sobre a tensão política e a prontidão do Exército. Depois de informado disso, ele se despediu sem mais, e fechei o jornal normalmente. Às primeiras horas da manhã do dia 13 de dezembro – notem que o AI-5 só seria baixado às 23 h --, soubemos da apreensão do jornal. A medida tinha sido uma decisão pessoal do General Sílvio, exclusivamente sua, depois de ler, praticamente na rotativa, o editorial “Instituições em frangalhos”. E os censores instalaram-se na redação na própria noite do dia 13.

Na gráfica do jornal, a censura mostrou suas garras quando publicamos uma pequena notícia de que possivelmente o General Ernesto Geisel seria candidato à Presidência da República. Eu estava almoçando, o censor me telefona e diz: “Aqui é da Polícia Federal; o chefe quer falar com você”. Fui até lá. “Oliveiros, você sabe que a situação está um pouco complicada. Vou lhe fazer um apelo: não publique nada sobre essa sucessão presidencial”. Voltei ao jornal e comuniquei a ordem ao Dr. Júlio. Ele respondeu: “A gente publica tudo”. Às 8 horas, chegaram três agentes da Federal, que me comunicaram que fariam a censura na oficina. Júlio se irrita e reclama ao Buzaid,<sup>30</sup> que lhe diz: “Que queria o senhor que eu fizesse? Apelos foram feitos ao professor Oliveiros, que respondeu ‘A apelos eu não atendo e ordens eu não cumpro’ ”. E, a partir daí, a cada noite chegava à gráfica um censor diferente.

Antes desse episódio, a censura era feita por telefone. Um agente da Federal telefonava e transmitia uma ordem proibindo a publicação desta ou daquela notícia. Como não podia haver espaço em branco, eu publicava cartas dos leitores. Havia um redator que tinha a tarefa de selecionar as cartas e acompanhar o processo de paginação. Era Antônio Carvalho Mendes, o Toninho

“Boa Morte” – que ganhou esse apelido porque cuidava da seção de falecimentos n’*O Estado*. Cansados das cartas, decidimos publicar poesia e até mesmo um pedaço da primeira *Catilinaria* em latim. Houve cartas de leitores dizendo que nós estávamos difundindo a cultura... Numa tarde, falando com um amigo meu ao telefone, ele me disse que não tinha a sensação de que *O Estado* estava sob censura. Levei o fato ao conhecimento de Júlio Neto, que me deu uma lição: “O espaço vazio deve ser preenchido com algo constante”. Toninho então sugeriu: “Vamos publicar *Os Lusíadas*”. Passado algum tempo, cansados de Camões, decidimos escrever cartas como se elas fossem dos leitores que, preocupados com a paisagem urbana, sugeriam, por exemplo, que nas avenidas houvesse canteiros de flores, que a cidade precisava ter mais jardins... Uma comissão de senhoras foi ao Prefeito pedir-lhe que atendesse ao apelo dos “nossos leitores”: São Paulo precisava ser mais florida...

Mas nem tudo eram flores: um IPM contra Julio de Mesquita Neto foi aberto, por ter o jornal publicado uma notícia que desagradou os comandos – o estouro do que seria um aparelho em Brasília --, e ele foi intimado a responder no quartel da 2ª Região Militar. O coronel começou indagando: “Sr. Júlio de Mesquita Neto, o senhor é o diretor responsável pelo jornal *O Estado de São Paulo*?” Ele disse: “Não”. “Como ‘não’? Quem é então o diretor responsável?” “É o Ministro da Justiça, que tem um funcionário todas as noites na oficina”.

Algum tempo depois, os agentes deixaram a gráfica, mas voltou a censura telefônica; eles ligavam e diziam “não pode publicar isso, não pode publicar aquilo”, sobre fatos às vezes sem a menor importância. A certa altura, Júlio Neto disse ao chefe da produção: “Solta os cachorros”, e nós começamos a publicar de tudo, mesmo o que pudesse parecer estar contra o regime.

Houve ainda uma outra apreensão d’*O Estado*. Dessa vez, foi o coronel chefe do Estado-Maior da 2ª Região Militar que veio à Redação, acompanhado de um censor. Queriam ler o editorial, mais uma vez intitulado “Instituições em frangalhos”. Alguém havia informado o censor de que o escrito ofendia o

Presidente Geisel. Esse coronel leu o editorial em prova de página e informou ao general, seu comandante, que a edição não deveria ser impressa. O general deu a ordem de apreensão, que me foi comunicada, iniciando-se um diálogo de surdos entre nós: “O jornal não pode rodar”. “Tenho ordem de rodar”. “Tenho ordem para que não rode”. “Então, o Sr. fale com Dr. Julio Neto, que só estará em casa daqui a meia hora” -- tudo conforme combinado antes entre nós, Júlio e eu. O oficial esperou, transmitiu ao Júlio a determinação do general comandante e me entregou o telefone. Julio autoriza que a máquina rode exemplares com o editorial condenado, de modo a configurar o ato de força da apreensão, e determina, em seguida, que o jornal rode o resto da edição com outro editorial. Houve confusão na transmissão das instruções e acabamos rodando cerca de 25 mil exemplares com o editorial censurado, muitos dos quais foram apreendidos. Alguns exemplares saíram normalmente e, pelo que se soube depois, chegaram a Ribeirão Preto e ao Comando do III Exército. Em Porto Alegre, o editorial censurado teve boa acolhida...

Bom, a censura persistiu por um certo tempo. Mas, em 1975, no dia 4 de janeiro, data do aniversário do jornal, o chefe da censura telefonou para dizer que os censores não viriam mais. E assim terminou a censura ao “Estadão”.

#### “SISTEMA”: O DESAFIO DA REVOLUÇÃO

No início de 1964, publiquei uma coletânea de artigos chamada *As Forças Armadas e o desafio da Revolução*.<sup>31</sup> Como era a minha “revolução”? Basicamente, era uma coisa para acabar com o imposto sindical,<sup>32</sup> que eu considerava a pedra angular do que denominei de *Sistema*. Mas não é verdade que eu tenha escrito uma carta aberta a Castello Branco pedindo que pusesse fim ao imposto sindical. Isso não teria o menor sentido. Não sei por que Roberto Schwarz publicou um artigo dizendo isso.

Bom, a primeira versão do que chamei de “sistema” era, digamos assim, um contrato não-escrito entre a liderança sindical e o empresariado por meio da União. Ao dispensar o sindicato de procurar a participação dos trabalhadores, o

imposto sindical o colocava na dependência do Estado, anulando o protagonismo dos trabalhadores mas também o dos empresários.

Foi Oliveira Vianna quem criou o sindicato de Estado: como o povo não conseguia manter o sindicato, criou-se então o imposto sindical, que toda a categoria paga. É necessário fazer justiça a Vianna: a preocupação dele sempre foi criar classes sociais no país. Para ele, a sociedade no Brasil é uma sociedade desorganizada: nós não temos consciência dos nossos direitos civis, só temos consciência dos nossos direitos políticos. Para ter consciência dos direitos civis, torna-se necessário que a sociedade se organize, cada qual na sua categoria. No fundo, a ideia básica de Oliveira Vianna era criar as condições para que nós nos sindicalizássemos, acreditando que, com a sindicalização, se instauraria a ideia de classe social. E já na Constituição de 1937 se estabelece claramente que, numa ação coletiva, só serão beneficiados os membros do sindicato: quem não for membro do sindicato não se beneficia.

O processo de redemocratização vivido a partir de setembro de 1946, quando se promulgou nova Constituição, não alterou essa relação dos sindicatos, patronais ou operários, com o Estado. Pelo contrário: ratificou-a, da mesma forma que a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Mesmo com essa persistência, há quem diga que a subordinação dos sindicatos ao Estado – administrada pelo Governo – não era “interesse inegociável do Estado”, não sendo, portanto, interesse nacional, visto que, no Governo Sarney, alterou-se a CLT e o Ministério do Trabalho deixou de controlar a aplicação do imposto sindical. Não é bem isso. Assim seria se a Constituição de 1988 tivesse devolvido aos sindicatos patronais e operários a liberdade de que gozavam antes de 1937. Tornou-se praticamente impossível destruir o Sistema pelo simples fato de que, para tanto, seria necessário tomar de assalto e arrasar as fortalezas que defendem aqueles que, constitucionalmente, têm a tarefa de defendê-lo. Diria mesmo que, com a morte do Partido Fardado, o Sistema tornou-se imbatível. De modo que o Sistema continua vivo hoje em dia, como sempre esteve desde que Vargas o consagrou com a CLT. É ele que nos domina. O preocupante é que,

inebriados pela discussão dos temas econômicos, nos esquecemos de discutir as origens e os fundamentos da desigualdade entre os homens...

#### O CICLO DOS PRESIDENTES MILITARES

Não foram 21 anos de regime de exceção e sim quinze: o período se estende apenas de 1964 a 1979 -- porque é nesse ano que o AI-5 perde a vigência e Figueiredo toma posse sem os poderes de arbítrio que os Presidentes anteriores haviam detido.

A partir dessa experiência extrema, que conclusões podemos extrair das intervenções militares na vida política nacional? A primeira, evocando Góes Monteiro, é que o Exército sonhado pelo Condestável do Estado Novo não pôde cumprir sua missão civilizadora. A segunda é que, a partir do AI-17, não foi mais possível aos militantes do Partido Fardado forçar os totens a decidir a intervenção militar na vida política. Com isso, o sonho de integração e de civilização se viu sempre frustrado. E o mais grave é que a denúncia do “tchekismo” impede, até hoje, um juízo sereno sobre 64 e sobre o que significou para o país o ciclo dos militares no poder.

Se recuarmos para esboçar um balanço das oportunidades perdidas no período, é preciso assinalar que o Partido Fardado foi batido no momento em que poderia ter assumido a Presidência da República com o General Albuquerque Lima, na única eleição realizada nos quartéis desde a Independência. A combinação de todos os fatores sociais com a decisão dos Presidentes militares de reduzir a participação das Forças Armadas nos assuntos de Estado criou as condições para o desaparecimento do Partido Fardado. Na verdade, as Forças Armadas não deixaram apenas de ter importância na condução dos negócios do Estado – e, portanto, na formulação de políticas nacionais. Progressivamente, pela ação deliberada dos governos que vieram depois da Presidência do General Figueiredo, elas perderam as condições estruturais e constitucionais que permitiram a seus membros ter a clara noção de que o exercício pleno de suas funções fazia dos militares autênticos missionários. Passaram a ser apenas

“profissionais” das Armas. E o desaparecimento do Partido Fardado fez que a política deixasse de ser o campo em que se digladiavam concepções do mundo e do Estado. Com a Junta Militar no exercício das funções da Presidência da República, morre o Partido Fardado. Desaparecia, assim, a presença ativa das Forças Armadas nas decisões cruciais do Estado. Os que integram o Estabelecimento Militar não se aperceberam de que, com a morte do Partido Fardado, deixou de existir o único “Partido” capaz de realizar a ideia de Estado que conciliava a austeridade, a grandeza e o progresso. Não que esse “Partido” devesse ser ou fosse o Estado, mas porque dele era parte vital.

#### DA “CONSTITUIÇÃO PARA A MUDANÇA” À CONSTITUIÇÃO DE 1988

Em 1966, eu vinha escrevendo alguns artigos sobre a necessidade de uma nova Constituição para o país e, um dia, recebi um telefonema de um membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Ante a possibilidade de aprovação, por decurso de prazo, do Anteprojeto de Constituição da “Comissão de Notáveis” nomeada por Castello Branco, o IASP resolvera oferecer sua contribuição, e a direção me convidou a participar de uma comissão que iria preparar uma sugestão de nova Constituição para o Brasil.

Esse Projeto de Constituição foi obra de um grupo de “reacionários”: Goffredo Telles, José Loureiro Júnior, José Pedro Galvão de Souza, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Alfredo Buzaid e eu. Nós nos reuníamos em minha casa à noite e elaboramos um projeto de Constituição que entregamos ao IASP numa sessão solene. Não fosse por Camillo Ashcar, o deputado estadual que transcreveu nosso Projeto na ata da Assembleia Legislativa de São Paulo, ninguém saberia que esse projeto existiu. Foi assim que o mundo civil reagiu... De todo modo, como desde 1966 a crise política brasileira não fez senão se aprofundar, em 1986, acedi ao pedido que Bolívar Lamounier me fez, e o material do nosso Projeto de Constituição foi entregue como parte das sugestões à Comissão Afonso Arinos, da qual Bolívar era integrante.



Já a Constituição de 1988 foi mais uma rima do que uma solução: apesar de todo o empenho em dizer às FFAA que deveriam ser o “Grande Mudo”, os constituintes não conseguiram resistir à pressão dos militares para que, entre as suas funções -- defender a Pátria, nas fronteiras e no exterior --, a defesa da lei e da ordem figurasse na nova Carta Política.

Ainda assim, no que se refere às Forças Armadas, a Constituição de 1988 mudou o organograma do Estado, extinguindo o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e criando, em seu lugar, o Conselho de Defesa, que nem tem as mesmas características do CSN, nem as mesmas funções. Mudou sem que, na campanha eleitoral para a Constituinte, em 1986, o assunto tivesse vindo à baila. Foi o primeiro sinal do afastamento dos militares dos centros de decisão, afastamento esse confirmado anos depois, com a criação do Ministério da Defesa e a subordinação das Forças Armadas aos civis, e não mais apenas ao Presidente, seu Comandante-em-Chefe. Desse modo, arbitrou-se também uma tentativa de solução a uma longa contenda: a resolução da crise entre as duas razões -- a legal e corporativa. A decisão fatal de 1988, a pretexto de combater o rugido e reverberado “entulho autoritário”, presidiu a construção de um Estado corporativo, cujo espírito de comunidade foi sabotado por desarranjos da economia e por uma vida social orientada cada dia mais por um apelo individualista.

#### RELAÇÕES POLÍTICAS

Se eu tinha boa circulação entre militares? Eu tinha uma circulação de adversário leal, entende? Vocês encontram n’*O Estado de São Paulo* uma carta aberta ao General Médici, no domingo que antecedeu a sua escolha à Presidência, que começa assim: “Ao General que vai ser Presidente”...

Usei dessas relações de amizade com os militares no caso do Mourão,<sup>33</sup> o português lá da FFLCH. Mourão estava sendo perseguido pela PIDE<sup>34</sup> no Brasil e ia ser preso. Falei com algumas pessoas: “Olha, não tem nada, ele é um sujeito tranquilo”. Houve também o episódio do IPM na Faculdade de Filosofia,

montado à procura de professores subversivos e que escolheram como réus Cruz Costa e Florestan Fernandes. Foi um processo longo e doloroso; houve gente da FFLCH que ficou a favor do IPM por questões de ordem pessoal contra o Florestan. Tive uma pequena interveniência também aí, tentando desanuviar a situação.

Nunca tive qualquer militância trotskista. Quem disser isso é um estúpido. Militei no Partido Socialista até 1955. Era uma coisa de encontros uma vez por semana: íamos à reunião do grupo no centro da cidade, no escritório do Arnaldo Pedroso d’Horta. A esse grupo pertenciam alguns militantes que tinham passado pelo Partido Comunista e rompido com ele, ingressando no trotskismo e abandonando-o ao fim da Segunda Guerra.

Há quem insista em me classificar nesse ou naquele polo das correntes políticas. A esse propósito, lembro-me de dois episódios. De vez em quando, eu visitava o Comandante do 6º Distrito Naval, então com sede em São Paulo; ia conversar sobre a Marinha, a OTAN, essas coisas. Uma vez, seu chefe de Gabinete me disse: “Oliveiros, em 1947, você entrou para a Esquerda Democrática”, e fez ele um rol da minha vida política. “Tá certo, Comandante. Porém, o grupo do qual me aproximei na Esquerda Democrática não era trotskista”. Era o grupo do centro. Antônio Cândido<sup>35</sup> estava nesse grupo, mas ele e Lourival se afastaram. Alguns, porém, tinham sido trotskistas, inclusive com uma aproximação fraternal com Mário Pedrosa,<sup>36</sup> que foi trotskista até o fim da Guerra.

No outro episódio, eu fui a uma conferência na Escola Superior de Guerra, quando seu comandante era o General Oliva, que eu tinha conhecido como coronel. Depois da palestra, vem alguém do auditório e me diz: “Professor, sou fulano de tal, da Polícia Federal. O senhor sabe que a sua ficha conosco informa que o senhor é fascista?” Pois é: além de trotskista, sou fichado na Polícia Federal como fascista...

---

---

*Entrevista feita na tarde de 25 de abril de 2014, na casa do depoente em Campinas (SP), com a participação dos pesquisadores Antônio Sérgio Rocha, Cicero Araujo, Jefferson Goulart e Daniel Menezes.*

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Lourival Gomes Machado nasceu em Ribeirão Preto (SP) em 1917. Ao longo da década de 1930, cursou Ciências Sociais e Direito, ambos na Universidade de São Paulo. Em 1939, tornou-se assistente da cadeira de Sociologia da FFLCH/USP, então sob responsabilidade do professor Paul Arbousse-Bastide. Em 1941, juntamente com Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza, Paulo Emilio Salles Gomes, Ruy Coelho, Décio de Almeida Prado, fundou a revista *Clima*, com a qual pretendem renovar a crítica de arte, literatura, cinema e teatro no Brasil. Em 1942, defendeu tese de doutorado para a cadeira de Política. No mesmo ano, passa a colaborar como crítico de arte na *Folha da Manhã* e, em 1946, torna-se redator de política internacional do jornal *O Estado de S. Paulo*. Entre 1946 e 1951, foi diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Três anos mais tarde, ministra aulas de história da arte e estética na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, da qual se tornaria diretor de 1961 a 1962. Neste ano, muda-se para Paris, onde passa a ser diretor de assuntos culturais da ONU e, mais tarde, delegado de Educação, Ciência e Cultura, na campanha de preservação dos monumentos e obras de arte de Veneza e Florença, Itália. Faleceu em Milão em 1967.

<sup>2</sup> Julio César Ferreira de Mesquita Filho nasceu em São Paulo em 1892. Seus primeiros estudos se deram na Europa, voltando ao Brasil para cursar a Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Torna-se um dos mais jovens fundadores do Partido Democrático, em 1926, grupo formado por intelectuais e membros de uma nova elite urbana e liberal que combatia as práticas do velho Partido Republicano Paulista. Sucede a seu pai em 1927 e engaja-se ao término do governo Washington Luís na candidatura de Getúlio Vargas, que em sua Aliança Liberal apresenta um programa de reformas institucionais, tais como o voto secreto e o fim da política dos governadores. Derrotado Vargas, Mesquita Filho apoia a Revolução de 1930, mas decepçiona-se com o descumprimento das promessas iniciais de Getúlio Vargas. Organiza dois anos depois o movimento conhecido por Revolução Constitucionalista de 1932 que exigia do governo provisório o estabelecimento de uma nova Constituição e o resgate das promessas perdidas de 1930. Exilado pela primeira vez após a derrota da Revolução, Mesquita Filho volta a São Paulo ainda a tempo de fundar, com seu cunhado Armando de Salles Oliveira, então interventor de São Paulo, a Universidade de São Paulo, vista pelo jornalista como essencial para a formação de uma nova elite política e cultural para o Brasil. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi o início dessa história. A partir do golpe do Estado Novo, em 1937, Mesquita Filho é preso 17 vezes e levado ao exílio – primeiro em Paris, depois em Buenos Aires. Retornou ao Brasil em 1943 e foi imediatamente preso e confinado na fazenda da família, no interior de São Paulo. Seu jornal *O Estado de S. Paulo* é expropriado da família em 1940 e, somente em 1945, ante uma decisão do Supremo Tribunal Federal, é devolvido a seus proprietários. Nos anos da República Nova (1946-1964), Mesquita Filho lidera seu diário nas lutas contra Vargas e seus seguidores, filiando-se à União Democrática Nacional. Em 1964, apoia o golpe militar que derrubou João Goulart, mas rompe com os militares logo após a edição do Ato Institucional nº 2. A partir desse momento, Mesquita e seu jornal passam a uma crescente oposição ao regime dos generais. Ao tomar conhecimento da edição do AI-5, Mesquita Filho escreve seu último editorial, “Instituições em Frangalhos”. Faleceu em julho de 1969, sendo sucedido na direção do jornal por seu filho Júlio de Mesquita Neto. Com a criação da UNESP, em 30 de janeiro de 1976, é homenageado como patrono da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

<sup>3</sup> Paula Beiguelman nasceu em Santos em 1922. Cursou Ciências Sociais na USP, doutorando-se com a tese *Teoria e Ação no Pensamento Abolicionista*. Foi assistente de Lourival Gomes Machado, a

---

quem substituiu na Cadeira de Ciência Política quando ele assumiu o cargo de diretor da UNESCO. Em 1969, foi incluída na lista dos 219 professores cassados e aposentados compulsoriamente pela ditadura militar, sendo proibidos de lecionar em universidades públicas brasileiras. Obteve duas livredocência em Ciência Política, com a tese *Contribuição à Teoria da Organização Política Brasileira* e, mais adiante, com a tese *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos*. Foi militante de esquerda, participante da campanha “O petróleo é nosso” e vice-presidente do Sindicato do Escritores de São Paulo. Faleceu em 2009.

<sup>4</sup> Cf. “Comportamento eleitoral em SP”, in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 8, 1960 -- pp. 162-228, e “A crise de poder do ‘Sistema’ e as eleições paulistas de 1962”, in: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 16, Belo Horizonte, 1964, pp. 179 a 226.

<sup>5</sup> Azis Simão nasceu em Bragança Paulista (SP) em 1912. Seus primeiros contatos com o jornalismo ocorreram entre 1928 e 1929, pela via da Federação Operária de São Paulo e da União dos Trabalhadores Gráficos. Em 1933, ingressou no Partido Socialista e, no ano seguinte, fundou a Escola Proletária Noturna, gratuita e aberta aos trabalhadores sindicalizados. Em 1939, ingressou na FFLCH-USP, sendo convidado em 1951 a integrar seu corpo docente. Foi um dos fundadores da União Democrática Socialista (1945), um dos núcleos do futuro Partido Socialista Brasileiro. Era ligado aos intelectuais modernistas e aos principais líderes socialistas e anarquistas brasileiros da época. Uma das suas maiores contribuições à sociologia brasileira foi publicada em 1947: uma pesquisa sobre o voto operário em São Paulo. Pela primeira vez, a universidade estudava o comportamento proletário, e por meio de análises de pesquisas eleitorais. Estava definida uma linha de pesquisas que pautaria a carreira universitária desse sociólogo e professor. Tornou-se Livre-Docente em 1964 e Professor Titular em 1973. Desempenhou diversas funções administrativas na USP, aposentando-se em 1982. Faleceu em 1990.

<sup>6</sup> O Movimento de 11 de Novembro (conhecido como contragolpe, ou golpe preventivo do Marechal Lott) foi um acontecimento político-militar destinado a assegurar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, Presidente da República e Vice eleitos em 1955. A vitória de JK representara um duro golpe contra a UDN, o PSD e uma parcela das Forças Armadas, na medida em que fazia antever o reavivamento da política varguista, ferozmente combatida desde 1951. Não bastasse, levava Goulart de volta ao poder, contando com o maciço apoio dos sindicatos e do PCB. Carlos Lacerda, prócer da UDN, procurou obter a impugnação do resultado das eleições, sob o argumento de que Juscelino não teria sido escolhido pela maioria do eleitorado. Argumentava, ainda, que a diferença havida entre Juscelino e Juarez Távora, de pouco menos de 500 mil votos, correspondia exatamente aos votos dos comunistas, que, desde 1947, tinham sido postos na ilegalidade, não poderiam estar representados no poder. Na Presidência da República desde a morte de Vargas, Café Filho mostrava-se simpático às teses defendidas por Lacerda e encampadas pela UDN no Congresso Nacional. Contudo, frustrando os desígnios de um golpe para cancelar as eleições, o Ministro da Guerra, General Lott, determinava que a Constituição deveria ser fielmente respeitada, com a posse dos candidatos eleitos no pleito de outubro, sendo que, se fosse preciso, o Exército deveria oferecer todo o suporte necessário a garantir o cumprimento das disposições constitucionais. Ainda assim, parte da oficialidade preconizava o impedimento de Juscelino e de João Goulart. Informado do golpe em andamento, Lott determina o cerco ao Palácio do Catete durante a madrugada do dia 11 de novembro, além da ocupação dos quartéis da polícia e da sede da companhia telefônica. Depois, Lott encaminha ao Congresso Nacional uma resolução solicitando o impedimento de Café Filho, que é aprovada no mesmo dia. Completava-se, assim, o que se convencionou nominar “retorno aos quadros constitucionais vigentes”. Em 7 de janeiro de 1956, o Tribunal Superior Eleitoral proclamou os resultados oficiais do pleito eleitoral e a 31 de janeiro realizou-se a cerimônia de posse de Juscelino Kubitschek e de João Goulart.

<sup>7</sup> Jackson de Figueiredo Martins nasceu em Aracaju (SE) em 1891. Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito da Bahia em 1913, transferindo-se mais tarde para o Rio de Janeiro, onde exerceu o jornalismo e dedicou-se à política. Após sua conversão ao catolicismo (1918), organizou o movimento católico leigo no Brasil. Em 1921, fundou o Centro Dom Vital, sob a linha ultramontanista, com a finalidade de congregar leigos e religiosos no aprofundamento da doutrina católica, e lançou a revista *A Ordem*, para divulgar a doutrina católica. Através do Centro e da revista, combateu o liberalismo e

---

o comunismo. Jornalista brilhante e professor de literatura, cerca-se de um grupo de jovens, como Perilo Gomes, Hamilton Nogueira, Sobral Pinto e Gustavo Corção. Colaborou com o Governo Bernardes na repressão aos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. Faleceu em 1928, mas sua influência persistiu, levando à criação da Liga Eleitoral Católica em 1932.

<sup>8</sup> Eugênio Gudín Filho nasceu no Rio de Janeiro em 1886. Graduado em Engenharia Civil (RJ) em 1905, trabalhou nos anos seguintes em empresas estrangeiras atuantes no Brasil. Passou a interessar-se por economia na década de 1920, publicando seus primeiros artigos sobre o assunto em *O Jornal*. A partir da década de 30, passou a integrar importantes órgãos técnicos e consultivos de coordenação econômica criados pelo governo federal. Em 1938, participou da fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, mais tarde incorporada à Universidade do Brasil, instituição na qual exerceria o magistério até aposentar-se, em 1957. Por seu pioneirismo no ensino superior de Economia no Brasil, foi designado pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema a redigir, em 1944, o projeto de lei que institucionalizava esse curso no país. Na década de 40, nos debates travados no interior dos órgãos técnicos do governo federal, foi um crítico das medidas econômicas protecionistas e um defensor da liberdade de atuação para o capital estrangeiro e da abolição das restrições à remessa de lucros para o exterior. Tais posições o levaram a protagonizar acirrado debate com o industrial paulista Roberto Simonsen, defensor de uma planificação econômica estatal que protegesse a indústria nacional e restringisse a atuação do capital estrangeiro no país. Em 1943, participou do I Congresso Brasileiro de Economia e, no ano seguinte, foi escolhido delegado brasileiro à Conferência Monetária Internacional, realizada em Bretton Woods (EUA), que decidiu pela criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento. No início de 1950, integrou a Comissão de Anteprojeto da Legislação do Petróleo, tendo discordado das restrições impostas à atuação do capital estrangeiro no setor e colocando-se frontalmente contrário à criação da Petrobrás. Com a posse do Vice-Presidente Café Filho, foi nomeado Ministro da Fazenda. Promoveu, então, uma política de estabilização econômica baseada no corte das despesas públicas e na contenção da expansão monetária e do crédito, o que provocou crise nos setores da indústria. Emitiu também a Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito, facilitando os investimentos estrangeiros no país, via que seria largamente utilizada no Governo Kubitschek. Foi por determinação sua também que o imposto de renda sobre os salários passou a ser descontado na fonte. Em 1956, passou a integrar a diretoria da Associação Econômica Internacional. Durante o Governo Goulart, publicava sistematicamente artigos na imprensa contra o Presidente, defendendo a sua deposição. Vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas entre 1960 e 1976, foi um dos responsáveis pela implantação do Instituto Brasileiro de Economia e da Escola de Pós-Graduação em Economia, dos quais tornou-se diretor. Faleceu em 1986.

<sup>9</sup> Alfred Stepan foi um cientista político americano, professor de Governo da Universidade de Columbia, onde também foi diretor do Centro para o Estudo da Democracia, Tolerância e Religião. Doutorado-se pela Universidade de Columbia em 1969 e, desde então, pesquisou aspectos da política brasileira, publicando *Authoritarian Brazil* (1969), *Os militares na política* (1971), *Democratizando o Brasil* (1988) e *Os militares: da Abertura à Nova República* (1986). É também autor e editor de um amplo número de obras de Política Comparada, como *Problemas de transição e consolidação democrática: Europa do Sul, América do Sul, Europa e Pós Comunista* (1996), *Discutir Política Comparada* (2001) e, em co-autoria com Juan Linz e Yogendra Yadav, *Democracia em Sociedades Multinacionais: Índia e outras organizações políticas* (2010). Faleceu em 2017.

<sup>10</sup> Confira detalhes em seus livros *Vida e Morte do Partido Fardado*, Editora SENAC, 2000 e *Elos Partidos*. Para uma nova visão do poder militar. São Paulo: Harbra, 2011.

<sup>11</sup> Haroldo Coimbra Veloso nasceu no Rio de Janeiro em 1920. Sentou praça em 1939 na Escola Militar do Realengo (RJ). Em 1942, ingressou na recém-criada Força Aérea Brasileira. Fez o curso de engenharia aérea e em 1951 foi promovido a major-aviador. Veloso representava um setor da Aeronáutica descontente com o regime desde a primeira derrota do brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945, e era sensível às pregações udenistas. Em 1956, liderou a Revolta de Jacareacanga, lugarejo às margens do rio Tapajós, próximo à fronteira com o Amazonas e a 300 km de Manaus. O levante visava destituir os recém-empossados Presidente Juscelino Kubitschek e o Vice João Goulart. No dia 11 de fevereiro de 1956, Veloso decolou do Parque dos Afonsos (RJ) apoderando-se, com outros

companheiros, de um avião bimotor Beechcraft repleto de armas, explosivos e bombas. A meta final era Jacareacanga, onde pretendiam estabelecer seu quartel-general. Na localidade, apossaram-se da estação de rádio da Aeronáutica e passaram a comandar o pequeno destacamento militar e os trabalhadores civis, além de ampliarem a resistência armando índios e seringueiros que residiam nas proximidades. Uma semana depois, receberam a adesão do Major Paulo Vítor da Silva e interditaram as cidades paraenses de Itaituba, Belterra e Santarém por meio de tambores de gasolina vazios, colocados no rio Tapajós. Juscelino, ao tomar providências para reprimir a rebelião, contando com o Exército e um pequeno número de oficiais-aviadores, sentiu enormes dificuldades para organizar suas forças. Tanto o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Vasco Alves Seco, quanto um comandante da Marinha, em Belém, recusaram-se a cooperar com o governo na repressão à revolta. Nos dias subsequentes, muitos membros de bases aéreas de Salvador, Belém e Fortaleza chegaram a ser presos, por se solidarizarem com Haroldo Veloso. No dia 27 de fevereiro, o confronto entre a tropa legalista da Aeronáutica e elementos civis ligados a Veloso causou a fuga dos líderes da revolta. Dois dias depois, encontrado em seu refúgio às margens do rio Tapajós, Veloso foi preso e conduzido a Santarém. Levado para Belém, respondeu a Inquérito Policial Militar enquanto permanecia preso no Parque da Aeronáutica. Seus companheiros José Lameirão e Paulo Vítor fugiram num avião C-47 com destino a Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, onde pediram asilo. No dia seguinte à prisão de Veloso, em 1º de março de 1956, Juscelino Kubitschek enviou ao Congresso projeto de lei que concedia anistia geral a todos os que tivessem conspirado contra o governo desde 10 de novembro de 1955. Em 20 de janeiro de 1958, já reintegrado em suas atividades na Aeronáutica, Veloso foi promovido a tenente-coronel-aviador. Em 25 de novembro de 1959, a renúncia de Jânio como candidato às eleições presidenciais de 1960 e a suspeita de uma conspiração de esquerda que seria liderada por Leonel Brizola geraram outra crise militar — a Revolta de Aragarças. Veloso participou também desse movimento, que foi liderado por João Paulo Burnier. No dia 2 de dezembro de 1959, apoderou-se de um avião de linha comercial em pleno voo e obrigou a tripulação a levar o aparelho à localidade de Aragarças (GO), de onde os revoltosos iniciariam uma luta para derrubar Kubitschek e evitar um golpe contra o candidato Jânio Quadros, depois eleito. A revolta envolveu uns poucos aderentes e foi debelada em três dias. Ainda no Governo Juscelino, Veloso foi novamente anistiado e reincorporado à FAB. Consumada a vitória do movimento de 1964, Veloso passou para a reserva remunerada como brigadeiro. Em novembro do mesmo ano, fez voos rasantes sobre o Palácio do Governo goiano, no qual o Governador Mauro Borges resistia ao ato de cassação de seu mandato, decretado pelo Presidente Castello Branco. Com a edição do AI-2, Veloso filiou-se à ARENA e, em 1966, elegeu-se deputado federal pelo Pará. Ao longo de seu mandato, denunciou a existência, na Amazônia, de aeroportos clandestinos que serviam a empresas estrangeiras. Em fins de 1968, protagonizou o último lance polêmico da carreira, ao liderar uma marcha para reempossar Elias Pinto à prefeitura de Santarém, que, cassado pela Câmara Municipal, foi reintegrado por decisão da Justiça. Durante a caminhada até a sede da prefeitura, houve uma altercação com tropas da Polícia Militar do Pará. Nessa manifestação, Veloso foi agredido e alvejado pelos militares, o que lhe valeu uma longa internação. Faleceu em 1969. Dá nome a uma rua no bairro do Canto do Forte, na cidade de Praia Grande, em São Paulo.

<sup>12</sup> Olympio Mourão Filho nasceu em Diamantina (MG) em 1900. Concluiu o curso na Escola Militar do Realengo (RJ) em 1921. Em 1924, participou da repressão ao levante deflagrado na capital paulista contra o Governo Artur Bernardes. Em 1930, envolveu-se na conspiração de oficiais que depôs Washington Luís, antecipando-se às forças revolucionárias que partiram do sul do país em direção à capital federal, sob a liderança de Getúlio Vargas. Em julho de 1932, participou da repressão à Revolução Constitucionalista de São Paulo. No final desse ano, ingressou na recém-fundada Ação Integralista Brasileira (AIB), organização inspirada no fascismo e liderada pelo escritor Plínio Salgado. Responsabilizou-se pela organização da milícia integralista em moldes semelhantes aos do Exército, conferindo à AIB uma estrutura paramilitar. Em julho de 1937, tornou-se membro da Câmara dos Quatrocentos, órgão consultivo da chefia nacional da Ação Integralista. Ficou estigmatizado como o redator do Plano Cohen, documento falsamente atribuído à Internacional Comunista e utilizado como pretexto para a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas. Mas sempre negou a autoria do Plano, atribuindo-a ao General Góes Monteiro. No dia 31 de março de 1964, ordenou que as tropas da 4ª Divisão de Infantaria que comandava em Juiz de Fora seguissem para ocupar a cidade do Rio de Janeiro, fato que precipitou o golpe militar de

---

1964 alguns dias antes do dia planejado pelos conspiradores. Entre 1967 e 1969, foi presidente do Superior Tribunal Militar. Faleceu em 1972.

<sup>13</sup> O coronel José Alberto Bittencourt foi o líder do Movimento Militar Constitucionalista, cuja finalidade principal consistia em assegurar a realização das eleições presidenciais de outubro de 1955 e garantir a posse dos candidatos eleitos, ameaçada por ação conspiratória que envolvia militares e civis. O movimento contou também o apoio de nomes como Zenóbio da Costa e Estillac Leal, da corrente nacionalista do Exército. Encerrou suas atividades em 31 de janeiro de 1956, com a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart na Presidência e Vice-Presidência da República.

<sup>14</sup> Márcio Moreira Alves nasceu no Rio de Janeiro em 1936. Iniciou sua carreira profissional como repórter no *Correio da Manhã*. Entre 1961 e 1963, foi assessor do Ministro San Tiago Dantas. Adversário do Governo Goulart, apoiou inicialmente o golpe de 64, voltando-se contra o regime a partir da edição do primeiro Ato Institucional. Nesse ano, juntamente com os jornalistas Otto Maria Carpeaux, Edmundo Muniz, Hermano Alves e Carlos Heitor Cony, comandou forte campanha em defesa dos presos políticos, denunciando a prática de torturas em prisões brasileiras. Em 1966, foi eleito deputado federal pelo MDB da Guanabara. No início de setembro de 1968, ficou célebre pelo discurso na Câmara dos Deputados, em que convocava um boicote às paradas militares de celebração à Semana da Pátria e solicitava às jovens brasileiras que não namorassem oficiais do Exército como represália aos abusos dos militares na invasão da Universidade de Brasília. O tom radical do seu discurso e a não aceitação da Câmara do pedido de cassação de seu mandato, encaminhado pelo STF, serviu como estopim para a edição do AI-5. Cassado, Moreira Alves deixou clandestinamente o país em dezembro de 1968 rumo ao Chile, onde permaneceu até 1971, quando transferiu-se para França, doutorando-se pela Fundação Nacional de Ciências Políticas. Retornou ao Brasil em 1979, após o decreto de anistia política. Com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PMDB. Em 1982, concorreu à Câmara dos Deputados Federais, sem êxito. Entre 1982 e 1984, assessorou Luís Carlos Bresser Pereira na presidência do Banespa; entre 1984 e 1986, assessorou-o na Secretaria de Governo de São Paulo. Em 1987, assumiu a Subsecretaria para Relações Internacionais do Governo Moreira Franco (RJ). Em 1990, deixou o governo estadual e montou uma empresa de assessoria para assuntos políticos, em sociedade com o cientista político Sérgio Abranches, atividade que desenvolveria até 1993, retomando também a carreira jornalística. Faleceu em 2009.

<sup>15</sup> Refere-se à explosão de uma bomba que ocorreu no saguão do Aeroporto dos Guararapes, no Recife, em 25 de julho de 1966, totalizando duas vítimas fatais e 14 feridos. O alvo principal do atentado era o General Costa e Silva, então Ministro do Exército e candidato à sucessão presidencial. No mesmo dia, explodiriam outras bombas sem causar vítimas, atingindo a sede da União Estadual dos Estudantes (UEE) e a do Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIS). Nesse dia, Costa e Silva era esperado no Recife para realização de ato de campanha no prédio da SUDENE. A bomba explodiu depois que o guarda-civil Sebastião Thomaz de Aquino, ao perceber uma mala abandonada no saguão do Aeroporto dos Guararapes, resolveu retirá-la de lá para entregar no balcão do Departamento de Aviação Civil (DAC). Morreram o jornalista e secretário do Governo de Pernambuco Edson Régis de Carvalho e o vice-almirante reformado Nelson Gomes Fernandes. O guarda-civil Sebastião Thomaz de Aquino feriu-se no rosto e nas pernas, o que resultou, alguns meses mais tarde, na amputação de sua perna direita. O General Sylvio Ferreira da Silva teve fratura exposta, estourou um tímpano e perdeu quatro dedos da mão esquerda. Outras 12 pessoas contabilizariam os demais feridos no atentado.

<sup>16</sup> Silvio Heck nasceu no Rio de Janeiro em 1905. Coursou a Escola Naval de 1923 a 1927. Em 1952, foi designado para servir no Estado Maior da Armada. No mesmo ano, foi ministro do Superior Tribunal Militar. Em 1955, no comando do cruzador Tamandaré, abrigou os políticos e militares comprometidos com a conspiração contra a posse de Juscelino Kubitschek, em fuga para S. Paulo. Foi Ministro da Marinha no Governo Jânio Quadros. Com a renúncia de Quadros, Heck e os Ministros da Guerra, marechal Odílio Denys, e da Aeronáutica, brigadeiro Grün Moss, formaram uma junta militar que vetou a posse do vice-presidente João Goulart, sob a alegação de que ela arrastaria o país à guerra civil. Ao final, Goulart foi empossado no dia 7 de setembro de 1961, e no dia 8 os ministros militares foram exonerados. Heck passou então a desenvolver cerrada oposição a Goulart, mantendo encontros com militares e também com empresários de São Paulo e do Rio, vindo a se constituir num dos

---

principais artífices da queda de Goulart. Integrante da chamada “linha dura”, grupo de militares favoráveis à radicalização das medidas de exceção, opôs-se ao Presidente Castello Branco, considerado tolerante com os partidários do governo deposto. Faleceu em 1988.

<sup>17</sup> Aurélio de Lira Tavares nasceu em João Pessoa (PB) em 1905. Foi Comandante da Escola Superior de Guerra entre 1966 e 1967. Em seguida, foi ministro do Exército no Governo Costa e Silva. Com o seu afastamento por motivos de saúde, Lira Tavares integrou uma junta militar (oficialmente denominada Junta Governativa Provisória), formada também pelo Almirante Augusto Rademaker e pelo Brigadeiro Márcio de Sousa Melo, que governou o país e 31 de agosto a 30 de outubro de 1969. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, eleito em abril de 1970. Em suas poesias, usava o pseudônimo de Adelita, composto pelas iniciais de seu nome. Foi embaixador do Brasil em Paris, de 1970 a 1974. Morreu em 1998.

<sup>18</sup> Pedro Aurélio de Góis Monteiro nasceu em São Luís do Quitunde (AL) em 1889. Iniciou sua carreira na Escola de Guerra de Porto Alegre. Nos anos vinte, combateu os 18 do Forte, o Tenentismo e a Coluna Prestes. Em 1930, assumiu o comando militar da Revolução, com destacada contribuição para o seu êxito. Pouco depois, comandou as tropas federais que debelaram a Revolução Constitucionalista de 1932, sendo com isso nomeado Ministro da Guerra do Governo Vargas. Participou ativamente da decretação e manutenção do Estado Novo (1937-1945), evento que ajudou a consolidar seu clã como a força política dominante em Alagoas. Elaborou a Doutrina de Segurança Nacional, que inspirou várias leis a esse respeito tanto na Era Vargas quanto no regime militar de 1964. Em 1937, teria forjado o chamado Plano Cohen, que supostamente deflagraria uma revolução comunista no Brasil. Tal plano foi posteriormente utilizado por Vargas como justificativa do golpe que deu origem ao Estado Novo. Foi Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro entre 1937 e 1943, retornando ao Ministério da Guerra nos últimos dias de Vargas no poder, em 1945. Após deixar o poder, foi eleito senador pelo PSD em 1947. Não conseguiria se reeleger em 1950. Faleceu em 1956.

<sup>19</sup> Trata-se da chamada *Missão Militar Francesa de Instrução* junto ao Exército Brasileiro, ocorrida entre 1920 e 1940, com o objetivo de analisar a evolução do Exército Brasileiro com a instrução ministrada e a reorganização promovida pelos oficiais franceses, no que concerne à doutrina militar e à doutrina de guerra. O Exército brasileiro vinha de duas experiências dolorosas: a Guerra de Canudos (1896-7) e a Guerra do Contestado (1912-1916), nas quais não conseguiu vencer os jagunços e caboclos. A alta oficialidade se indagava: “Se nossas armas não conseguiam dobrar facilmente os sertanejos, o que fariam frente a um vizinho bem armado?”. A ideia de convidar uma missão militar francesa para o Brasil, a fim de modernizar a instrução das tropas nacionais, partira da articulação feita entre o Ministro da Guerra, General Cardoso de Aguiar, e os representantes brasileiros que estavam em Paris por ocasião das negociações do Tratado de Versalhes de 1919 -- entre eles, o historiador Pandiá Calógeras (que depois viria a ser o primeiro civil a assumir o Ministério Militar, entre 1919 e 1922). Desembarcando no Brasil em 1920, a Missão Militar Francesa foi liderada primeiramente pelo General Maurice Gamelin. Do que se cogitava era a formação de um Exército forte, profissionalizado, dirigido por uma elite militar competente, treinada e orientada por moderna doutrina militar, capaz de manter um país tão diverso e díspar unido frente aos tumultos internacionais que se avizinhavam. Até as vésperas da Grande Guerra de 1914-18, dois partidos se rivalizavam na escolha da futura missão militar que deveria vir ao Brasil responsabilizar-se pela reforma geral das armas: o ‘Partido Germânico’ liderado pelo General Bertoldo Klinger e demais altos oficiais fundadores da Liga de Defesa Nacional, entusiastas da disciplina tedesca e admiradores da eficácia deles; e o ‘Partido Gaulês’, em função das afinidades culturais de seus integrantes com Paris. A França, com sua momentosa resistência feita no rio Marne e em Verdun (batalha travada em 1916, na qual quase meio milhão de soldados morreram, ou foram feridos, para não deixar que os alemães passassem) adquirira uma aura de fortaleza indomada e, como consequência disto, seus generais, como Foch, Joffre e Petain foram vistos como grandes estrategistas e naturais consultores das demandas brasileiras. Ainda assim, mesmo com a adesão aos manuais franceses, o Exército dos anos 20 não conseguiu deter a marcha da Coluna Prestes (1924-27), que deambulou praticamente incólume pelo interior do Brasil, nem foi forte suficiente para deter a marcha dos revolucionários de 1930, liderados por Getúlio Vargas e por Juarez Távora, que vieram depor o presidente Washington Luis no Rio de Janeiro. De todo modo, seria esse Exército Brasileiro, reorganizado segundo os preceitos militares franceses, que sustentaria a instalação



---

e a permanência do Estado Novo. Somente com o a derrocada total da França, ocorrida em maio-junho de 1940 frente à Alemanha nazista, é que influência doutrinária gaulesa declinou, sendo então substituída pela doutrina militar estadunidense.

<sup>20</sup> Nascido em 1854, Louis Hubert Gonzalve Lyautey foi um militar francês que se destacou nas guerras coloniais. Foi o primeiro presidente geral do Protetorado Francês do Marrocos (1912-1925), Ministro da Guerra durante a Primeira Guerra Mundial e Marechal de França em 1921, além de acadêmico. É considerado o construtor do império colonial francês. Faleceu em 1934.

<sup>21</sup> Góes Monteiro, *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen-Editores, s/d.

<sup>22</sup> Castilhismo foi o nome dado à corrente política que tinha por referência Júlio Prates de Castilhos, surgida em 1882 com a fundação do Partido Republicano Riograndense (PRR). O castilhismo era uma corrente política de forte cunho conservador, ao mesmo tempo em que apostava na modernização econômica, por ter na burguesia industrial e urbana suas bases de apoio. Também sofreu forte influência do positivismo de Auguste Comte, que, a propósito das eleições, havia escrito: “Toda escolha dos superiores pelos inferiores é profundamente anárquica”. Esse será um elemento fundamental para o credo político de Júlio de Castilho e de seu ungido sucessor Borges de Medeiros: “As urnas eram mesmo um mero acessório, um rito enfadonho, mas oportuno, para manter os laivos de legitimidade e o calor da arregimentação partidária”. O governo, sustentava o castilhismo, deveria continuar a ser exercido apenas pelos “mais capazes”, por alguém intelectualmente superior e moralmente respeitado, o “sumo sacerdote do partido e da sociedade”, o “intérprete da vontade coletiva” — embora a coletividade não fosse considerada apta a escolher sozinha os seus próprios destinos e governantes. O governante deve regenerar a sociedade, e o Estado comandar a transformação e modernização da sociedade. Com a morte de Castilhos, Borges de Medeiros acumulou o cargo de presidente do Rio Grande do Sul com o de chefe do PRR. Eleito em 1897 em um pleito sem adversários, reeleito em 1902 outra vez sem oponentes nas urnas, Borges de Medeiros governava amparado pela “bíblia castilhista”, a Constituição rio-grandense de 1891: sustentava a crença no Executivo forte e conservava um Legislativo de fachada. Respalado pelo discurso da eficácia combinado à prática da coerção política, manteve a ênfase na modernização do Estado, martelou o dogma da moralidade administrativa e pregou a tese da incorporação de direitos civis aos trabalhadores. Esses últimos pontos explicavam o apoio das nascentes classes médias urbanas ao regime castilhista-borgista, a despeito da radical rejeição ao princípio da representação parlamentar. Inicialmente com alcance apenas local, os castilhistas expandiram sua influência ao nível nacional, projetando nomes como Pinheiro Machado, Borges de Medeiros, Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas.

<sup>23</sup> Odílio Denys nasceu em Santo Antônio de Pádua (RJ), em 1892. Teve participações marcantes em diversos momentos decisivos nos Governos Kubitschek, Jânio Quadros e Goulart. Foi amigo pessoal do General Henrique Teixeira Lott, tendo aconselhado a este, então ministro da Guerra de Café Filho, a encetar o contragolpe para depor o presidente em exercício, Carlos Luz, que tentava um golpe, com o apoio de Carlos Lacerda, contra a posse de Juscelino Kubitschek, em novembro de 1955. Em 1961, com relações estremecidas, Denys mandou prender Lott, que, durante a crise causada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, escreveu um texto defendendo a Constituição, que garantia a posse de Goulart, hostilizado pelos militares conservadores. Foi Ministro da Guerra nos Governos Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Foi um dos articuladores do golpe militar de 1964. Seu filho, o general Rubens Bayma Denys, foi Ministro-chefe da Casa Militar no Governo Sarney e Ministro dos Transportes no Governo Itamar Franco. Faleceu em 1985.

<sup>24</sup> José Stacchini, *Março 64: a mobilização da audácia*. São Paulo: Companhia Nacional, 1965.

<sup>25</sup> Carl Phillip Gottlieb Von Clausewitz nasceu em Burg (Prússia) em 1780. Seguiu carreira militar, atingindo o posto de general. É considerado um dos maiores estrategistas militares e teórico da guerra. Foi diretor da Escola Militar de Berlim nos últimos treze anos de sua vida, período em que escreveu a obra *von Kriege* (Da Guerra), publicada postumamente. Ficou conhecida a frase em que ele define a

---

associação entre guerra e política: "A guerra é a continuação da política por outros meios". Faleceu em 1831.

<sup>26</sup> Alusão à Tcheka, polícia política criada em dezembro de 1917 por Lênin e dirigida por Félix Dzerzinsky, organização que foi especialmente atuante no período do chamado Terror Vermelho, onda repressiva que visava defender a Revolução Russa contra a sabotagem e outras atividades antagônicas dos contrarrevolucionários.

<sup>27</sup> João Paulo Moreira Burnier nasceu no Rio de Janeiro em 1919. Ingressou na Escola Militar do Realengo (RJ) em 1939. Em 1956, chefiou a Revolta de Aragarças, tentativa de oficiais da FAB de derrubar o Governo Kubitschek. Em 1963, esteve no Panamá, onde fez cursos ligados à instalação de um serviço secreto na Força Aérea Brasileira. Em 1968, depois de receber a patente de brigadeiro-dor no Governo Costa e Silva, protagonizou o chamado "Caso Para-Sar". Segundo depoimento do capitão-aviador Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, Burnier foi o idealizador das "missões especiais", que teriam por objetivo eliminar sumariamente as pessoas que atiravam objetos contra a polícia do alto dos edifícios do centro do Rio de Janeiro durante as manifestações estudantis iniciadas com a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto. Também teria pretendido empregar os paraquedistas da FAB em uma série de atentados, um dos quais seria a explosão do gasômetro do Rio de Janeiro. A intenção era posteriormente acusar os opositores do regime pelos crimes. No Governo Médici, assumiu o comando da III Zona Aérea (RJ). Em novembro de 1971, diante das repercussões da morte do estudante Stuart Angel Jones, foi afastado da ativa. Depois de recorrer, sem sucesso, ao STF contra o ato do Presidente Médici, que assinara o decreto transferindo-o para a reserva, ingressou na iniciativa privada, fundando em 1974, ao lado de outros militares, a Xtal do Brasil, empresa voltada para a industrialização e para a comercialização do cristal de quartzo. Em 1980, o Ministro da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Matos, indeferiu o pedido feito por Burnier de constituição de um Conselho de Justificação destinado a apurar seu envolvimento no "Caso Para-Sar". Em 1995, tentou impedir que fosse colocado à venda o livro *O calvário de Sônia Angel*, de autoria do tenente-coronel reformado do Exército João Luís de Moraes, pai de Sônia e sogro de Stuart Angel. É também apontado como responsável pela prisão e desaparecimento forçado do ex-deputado federal Rubens Paiva (pai do escritor e jornalista Marcelo Rubens Paiva), em janeiro de 1971. Faleceu em 2000.

<sup>28</sup> Márcio de Sousa Melo nasceu em Florianópolis em 1906. cursou a Escola Militar do Realengo, nela se graduando em 1928. Foi adido militar em Buenos Aires e em Montevideu. Foi nomeado Ministro da Aeronáutica em 1964, mas exerceu o cargo por apenas 22 dias, devido a divergências com o Presidente Castello Branco. Voltaria ao cargo na gestão Costa e Silva. Durante sua gestão, foi criada a Empresa Brasileira de Aeronáutica, cujo primeiro passo foi a produção do avião Bandeirante em São José dos Campos (SP). Em 1969, com o adocimento do Presidente Costa e Silva, compôs uma Junta Militar com os Ministros Rademaker Grunewald, da Marinha, e Aurélio de Lyra Tavares, do Exército, e Márcio de Sousa e Mello, da Aeronáutica. Em outubro de 1969, a junta militar editou o AI-16, que extinguiu o mandato do Presidente Costa e Silva e de seu vice Pedro Aleixo, criando um calendário para a nova eleição presidencial. Márcio Mello foi novamente Ministro da Aeronáutica durante o Governo Médici, mas pediu exoneração do cargo em novembro de 1971, retirando-se definitivamente da vida pública. Faleceu em 1991.

<sup>29</sup> Publicado em 12 de abril de 1964 no jornal *O Estado de São Paulo*, o "Roteiro da Revolução" foi escrito por Júlio Mesquita com auxílio do professor Vicente Rao. Propunha o fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas. Propunha a suspensão do *habeas corpus*, um expurgo no Judiciário e a extinção dos mandatos dos prefeitos e governadores e uma junta militar instalada no poder por, no mínimo, cinco anos.

<sup>30</sup> Alfredo Buzaid nasceu em Jaboticabal em 1914. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1931, bacharelando-se em 1935. Participou da criação da Sociedade de Estudos Políticos, fazendo parte de um grupo de estudantes da Faculdade de Direito aglutinados ao redor de Plínio Salgado, dentro dos quais se incluíam Rui Arruda, Roland Corbisier, Almeida Sales e Ângelo Simões Arruda. Dessa sociedade foi fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB), da qual foi militante. Manteve suas

---

convicções integralistas até o fim da vida. No velório de Plínio Salgado, em 1975, Buzaid saudou a "herança cristã, política e social" do Integralismo e o "sincero idealismo" da obra política de seu "Chefe", Plínio Salgado. Em 1958, tomou posse na cátedra de direito judiciário civil da Faculdade de Direito da USP. Em 1960, foi nomeado pelo Governo Federal para elaborar o Anteprojeto do Código de Processo Civil, o qual acabou sendo apresentado por ele 4 anos depois. Em 1966, assumiu o cargo de diretor da Faculdade de Direito da USP. Em 1969, foi nomeado vice-reitor da USP. Segundo Zuenir Ventura, em seu livro *1968 - O ano que não terminou*, Buzaid teria participado da reunião ocorrida no Palácio do Planalto, em fins de 1968, na qual foi arquitetado o AI-5, sendo um de seus principais defensores. Para o autor, o AI-5 teria sido ainda mais rígido se aprovado nos moldes defendidos por Buzaid. Em outubro de 1969, Buzaid foi nomeado Ministro da Justiça, sendo um dos mentores intelectuais do Código de Processo Civil que entrou em vigor em 1974. Permaneceu no Ministério da Justiça até março de 1974. De 1971 a 1972, liderou um grupo de remanescentes integralistas visando a implantação do corporativismo no Brasil, realizando numerosos pronunciamentos e discursos. Essa ofensiva integralista teve ampla simpatia da imprensa, ao passo que foi vigorosamente combatida pela OAB. Teve seu fim abrupto com a subida do General Ernesto Geisel à Presidência da República. Durante sua gestão como Ministro da Justiça, seu filho Alfredo Buzaid Júnior foi suspeito de envolvimento no chamado 'Caso Ana Lúcia', em que uma menina de apenas 7 anos foi sequestrada, torturada, estuprada e assassinada em setembro de 1973. Apesar da participação de Eduardo Ribeiro Rezende (filho do senador Eurico Resende, vice-líder da ARENA) no episódio, a maior suspeita é a de que o crime hediondo tenha sido cometido por Alfredo Buzaid Júnior, razão pela qual o caso se tornou mais um exemplo de impunidade em Brasília. Também enquanto era Ministro da Justiça, foram sequestrados os embaixadores da Suíça e dos Estados Unidos. Em março de 1982, Buzaid foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Sua indicação enfrentou violenta oposição da OAB. Foi aposentado compulsoriamente em 20 de julho de 1984, ao atingir a então idade limite de 70 anos. Retornou, então, à advocacia e à produção acadêmica. Faleceu em 1991.

<sup>31</sup> Publicado em 1964, pela editora GRD.

<sup>32</sup> Trata-se na realidade não de um imposto mas da chamada contribuição sindical, espécie de tributo que todos os trabalhadores tinham a obrigação de pagar 01 dia de trabalho anual ao sindicato legalmente representativo de sua categoria profissional. Os sindicatos patronais recolhiam o imposto sindical com base num percentual do capital social da empresa filiada ao sindicato.

<sup>33</sup> Referência ao professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Graduado em Ciências Sociais pela USP (1969), nela cursou também Mestrado (1969) e Doutorado (1971) em Sociologia, tornando-se Livre Docente em 1988. Participou do projeto da publicação da História Geral da África (UNESCO) e fundou o Centro de Estudos Africanos (USP).

<sup>34</sup> A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) foi um órgão existente em Portugal entre 1945 e 1969. Além de polícia política, a PIDE exercia funções nos setores dos serviços de estrangeiros, fronteiras e segurança do Estado. Foi criada em substituição da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, sendo considerada como um organismo autônomo da Polícia Judiciária, tendo como modelo a Scotland Yard. Mas foi de fato o prolongamento da PVDE, criada com a consultoria dos fascistas italianos e da Gestapo alemã e continuaria, sob o nome de Direção-Geral de Segurança (DGS), depois de 1969 e até à Revolução de 25 de Abril. A PIDE desempenhou tanto funções administrativas como funções de repressão e de prevenção criminal.

<sup>35</sup> Nascido no Rio de Janeiro em 1918, Antônio Candido de Mello e Souza foi um sociólogo, literato e professor universitário brasileiro. Estudioso da literatura brasileira e estrangeira, é autor de extensa e respeitável obra crítica extensa. Foi Professor-Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e da UNESP e doutor *honoris causa* da Unicamp. Faleceu em 2017.

<sup>36</sup> Nascido em Timbaúba (PE) em 1900, Mário Xavier de Andrade Pedrosa foi um militante político e crítico de arte e literatura brasileiro, iniciador da crítica de arte moderna brasileira e das atividades no

---

Brasil da Oposição de Esquerda Internacional, organização liderada por Leon Trótski. Em suas atividades como crítico de arte, destaca-se como diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo, colaborando na criação do Museu de Arte do Rio de Janeiro, com marcante papel no surgimento do movimento concretista nessa cidade. Em 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores. Faleceu em 1981.